

Fundo de garantia às exportações:

revisão rápida de resultados e impactos



ENAP

Expediente

Presidente

Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva

Natália Teles da Mota

Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Braulio Figueiredo Alves da Silva

Diretora de Inovação

Camila de Castro Barbosa Medeiros

Diretor de Gestão Interna

Lincoln Moreira Jorge Junior

Coordenadora-Geral de Avaliação e Organização de Evidências

Larissa Nacif Fonseca

Capa e Diagramação

Equipe EvEx

Imagens

Unsplash

Autoria

Jaime Macedo de Brito Bastos

Liara Ferreira dos Santos

Victória Evellyn Costa Moraes

Sousa

Vanessa Terezinha Gubert

O Evidência Express (EvEx) é uma iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A missão do EvEx é gerar evidências para informar a tomada de decisão no setor público. Para isso, a equipe sintetiza, produz e analisa dados que possam servir de base para o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Os relatórios produzidos pelo EvEx agilizam a geração de conhecimento voltado para desafios públicos, seguindo três premissas fundamentais: engajamento com pessoas gestoras públicas, tempestividade e tradução do conhecimento. Os produtos EvEx podem subsidiar análises ex ante, avaliações ex post ou Análises de Impacto Regulatório, além de beneficiar gestoras públicas subnacionais, pesquisadoras, docentes, servidoras e demais interessadas da sociedade civil.

Os produtos EvEx podem analisar dados qualitativos e quantitativos, sobre:

- Evolução do problema no Brasil e no mundo;
- Público-alvo de uma política;
- Causas e consequências do problema ou política;
- Soluções existentes para o problema;
- Impactos de intervenções ou políticas públicas.

Para mais informações, consulte nossa página (www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-e-organizacao-de-evidencias) ou entre em contato: evidencia.express@enap.gov.br

Sumário

1	Introdução	6
2	Método	9
2.1	Tipo de estudo	9
2.2	Pergunta de pesquisa	9
2.3	CrITÉrios de elegibilidade	9
2.4	Busca de informações	9
2.5	Atalhos metodolÓgicos	10
2.6	Análise dos dados	10
3	Resultados	11
3.1	Características gerais dos estudos	12
3.2	Descrição dos resultados	31
3.2.1	Emprego	31
3.2.2	Produtividade	32
3.2.3	Competitividade	33
3.2.4	Exportação	35
3.2.5	Demais resultados	37
4	Considerações Finais	40
	Referências Bibliográficas	41
	Apêndice 1	45
	Apêndice 2	46

Sumário Executivo

Introdução

O Fundo de Garantia às Exportações (FGE) é um instrumento estratégico da política comercial brasileira, criado pela Lei nº 9.818, de 1999, com o objetivo de promover a segurança e a competitividade das exportações nacionais de bens e serviços. Este protege operações de Seguro de Crédito à Exportação (SCE) contra riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam comprometer as transações financeiras associadas ao comércio exterior. Diante da crescente competitividade do mercado global e da relevância dos mecanismos públicos de apoio às exportações, torna-se fundamental avaliar os resultados e impactos do FGE na promoção das exportações brasileiras.

Pergunta

Quais os resultados e impactos do Fundo de Garantia à Exportação relacionados à competitividade das exportações brasileiras?

Método

As buscas de estudos foram realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Google Acadêmico e nos diretórios institucionais da Enap e da FGV. Os processos de busca foram realizados por um pesquisador, enquanto a seleção e extração de dados dos artigos foram pareados. Em virtude do tempo do estudo, não foi realizada avaliação metodológica dos estudos incluídos.

Resultados

De 440 registros recuperados nas buscas, 43 documentos foram incluídos. Os resultados estão apresentados de acordo com cinco categorias: efeitos sobre emprego, produtividade, competitividade, exportação e demais resultados. Foram encontrados resultados positivos dos incentivos à exportação sobre geração e estabilidade e qualificação de emprego e renda relacionados as empresas apoiadas, além de ter efeito multiplicador. A concorrência internacional decorrente da participação em mercados externos favorece a melhora da competitividade nas empresas incentivadas, pelo impulsionamento do investimento em capital físico e humano e em aprimoramento de processos. Sendo assim, tais políticas são essenciais para garantir a competitividade de determinadas empresas e setores exportadores, pois a redução do risco proporcionada pelos programas permite o desenvolvimento de estratégias de expansão da atuação, especialmente pela alavancagem de suas exportações, como demonstrado nos resultados sobre exportações, que indicam relevantes incrementos em quantidade e valor das exportações entre empresas

incentivadas. Os resultados adicionais destacam que há concentração dos recursos destinados para incentivo à exportação em setores específicos e em empresas de maior porte, inclusive com manutenção das empresas ao longo do tempo. Isso pode refletir as necessidades das empresas exportadoras, mas indicam também falha no cumprimento de alguns objetivos das políticas, como as que sugerem enfoque em apoio às exportações das micro, pequenas e médias empresas. Portanto, são encontrados também alguns questionamentos não só sobre a existência de efeitos das políticas de incentivos, mas também sobre se a distribuição dos recursos é a que atenderia melhor os interesses do país.

Conclusão

Embora contribuam para a competitividade, a excessiva concentração de recursos em grandes corporações e a falta de uma estratégia ampla de inclusão restringem o impacto das políticas públicas de fomento às exportações no Brasil.

1. Introdução

O Fundo de Garantia às Exportações (FGE) é um instrumento estratégico da política comercial brasileira, criado pela Lei nº 9.818, de 1999¹, com o objetivo de promover a segurança e a competitividade das exportações nacionais de bens e serviços. Vinculado ao Ministério da Fazenda, o FGE protege operações de Seguro de Crédito à Exportação (SCE) contra riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam comprometer as transações financeiras associadas ao comércio exterior. Por meio da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), responsável por sua operacionalização, o fundo oferece cobertura para inadimplências decorrentes de fatores como falência de compradores, ações governamentais restritivas e eventos imprevistos, como guerras ou desastres naturais.

Dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) indicam que 80% do comércio internacional depende de crédito ou garantias, sendo o acesso ao crédito uma barreira significativa, especialmente em países em desenvolvimento. Isso ressalta o papel dos mecanismos de apoio público, particularmente em economias com restrições ao crédito privado (1). A União de Berna reforça essa importância, mostrando que em 2021, os instrumentos públicos representaram 88% dos financiamentos de longo prazo e 31% dos de curto prazo. Esses percentuais revelam uma crescente dependência das garantias públicas em operações mais arriscadas e de prazos extensos, pouco atrativas ao setor privado (2). O cenário competitivo internacional amplia a necessidade de garantias à exportação. Mais de 110 países dispõem de Agências de Crédito à Exportação (ECAs), sendo que essas instituições oferecem seguros e outros instrumentos financeiros, regulados ou não pela OCDE (DAWAR, 2020). Esse contexto impõe desafios ao FGE, que precisa manter sua competitividade diante da complexidade do mercado global.

O FGE é fundamental, portanto, como lastro financeiro das operações de SCE e um indicador do volume de exportações apoiadas. No entanto, os prêmios arrecadados caíram significativamente nos últimos anos, atingindo apenas US\$ 20 milhões entre 2018 e 2019, com leve recuperação para US\$ 51 milhões em 2021. Esses valores ainda estão muito abaixo dos registrados em 2011 e 2013 (US\$ 169 milhões e US\$ 182 milhões, respectivamente) (3, 4).

De forma semelhante, a exposição do FGE, que representa o total de obrigações seguradas pela União, retraiu. O montante coberto passou de US\$ 8,6 bilhões em 2008 para US\$ 31,10 bilhões em 2014, mas caiu para US\$ 7,18 bilhões em 2021, uma redução de 16,5% em relação a 2008. Essa contração reflete a natureza dos instrumentos oficiais de crédito, focados em operações de maior risco e prazos longos, não cobertas pelo setor privado.

¹ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-de-garantia-a-exportacao-fge>

Estudos indicam que o apoio tem se concentrado em bens de capital e serviços, setores onde as ECAs atuam mais fortemente. Esse cenário suscita reflexões sobre a eficácia desses mecanismos no fomento às exportações brasileiras em um contexto global de risco elevado (5, 6, 7).

O mercado brasileiro de SCE é atendido por seguradoras privadas e pelo SCE público, com diferenças importantes em suas atuações. As seguradoras privadas se concentram em operações de curto prazo (até dois anos), sendo regulamentadas por restrições legais que determinam que apenas empresas especializadas em fornecer seguros para exportações podem operar nesse ramo, vedando sua atuação em qualquer outro tipo de seguro. Por outro lado, o SCE público, respaldado pelo FGE é destinado a garantir financiamentos de exportação a longo prazo (superior a dois anos), alinhando-se às práticas das ECAs internacionais.

O FGE, que possui caráter contábil, atua especificamente na fase pós-embarque das operações, garantindo transações de mercado, do BNDES e do PROEX-Financiamento. Contudo, no caso do PROEX-Financiamento, há uma situação peculiar: o risco de crédito é integralmente assumido pelo Tesouro Nacional, já que a garantia oferecida é do próprio Tesouro por meio do FGE. Esse arranjo, na prática, transforma o Tesouro Nacional em uma seguradora de crédito que, embora tenha seu patrimônio vinculado ao FGE, não se submete às regulamentações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), como a constituição de provisões técnicas e precificação de risco. Essa estrutura, aliada à exposição a componentes políticos, cria vulnerabilidades adicionais na gestão dos riscos do crédito à exportação.

Do ponto de vista orçamentário, a execução do SCE-FGE está condicionada à qualidade da exposição do fundo. Em caso de inadimplência, os recursos são utilizados para pagamento de indenizações, e os créditos não honrados são sub-rogados à União, que assume a responsabilidade de recuperação desses valores no exterior. Contudo, a classificação da despesa do SCE-FGE como "despesa primária discricionária" traz um desafio adicional. Essa categorização sujeita os recursos do fundo a limitações na proposta orçamentária e à programação financeira, podendo sofrer contingenciamentos. Essa incerteza orçamentária gera desconfiança sobre a tempestividade dos pagamentos e pode afetar negativamente a credibilidade do instrumento, resultando em menor demanda por parte dos exportadores.

Portanto, embora o SCE público desempenhe um papel relevante ao viabilizar operações de longo prazo e assumir riscos elevados que não são cobertos pelo setor privado, ele enfrenta limitações operacionais e orçamentárias que precisam ser mitigadas. A dependência do Tesouro Nacional como garantidor final e a ausência de regulação formal equivalente à do mercado de seguros criam desafios de governança e eficiência, que impactam a competitividade do mecanismo em um cenário internacional altamente disputado.

O SCE brasileiro apresenta resultados acima da média internacional, entre 2008 e 2016, em termos de apoio às exportações de médio e longo e uma relação sólida entre apoio concedido e indenizações pagas, ainda que existam deficiências importantes, como a limitação na oferta de

produtos em comparação com agências mais desenvolvidas. A estrutura de governança impacta a agilidade e eficiência do programa, sugerindo que uma modernização nos processos poderia ampliar a competitividade do Brasil no cenário global (8).

Nesse sentido, diante da crescente competitividade do mercado global e da relevância dos mecanismos públicos de apoio às exportações, torna-se fundamental avaliar os resultados e impactos do FGE na promoção das exportações brasileiras. Esta síntese de evidências foi elaborada com o objetivo de responder à seguinte pergunta principal: “Quais os resultados e impactos do fundo de garantia à exportação relacionados à competitividade das exportações brasileiras?”.

A resposta a essas perguntas é importante para avaliar a efetividade do fundo no cenário atual e identificar oportunidades de aprimoramento. A presente revisão rápida se baseia em estudos e dados relevantes que abordam os impactos econômicos, financeiros e institucionais do FGE, bem como suas limitações e desafios no contexto global e doméstico.

Por meio dessa análise, espera-se oferecer subsídios para uma reflexão mais aprofundada sobre o papel do FGE na política comercial brasileira e sua capacidade de fortalecer a inserção do país no comércio internacional. A partir da busca em estudos nacionais e internacionais, serão apresentados resultados que permitam compreender em que medida o FGE tem atingido seus objetivos de fomento às exportações e aumento da competitividade. O presente relatório é dividido, além desta introdução, em uma seção de metodologia, seguida pela apresentação dos resultados e, por fim, tem-se as considerações finais do trabalho.

2. Método

2.1 Tipo de estudo

O presente estudo é uma revisão rápida (9), que é um produto de tradução do conhecimento, desenvolvido através de método sistemático e transparente para acessar, avaliar e sintetizar evidências científicas que possam contribuir para a solução de um problema. Embora não haja um modelo único para esse tipo de documento, todos compartilham a característica de serem elaborados em um curto espaço de tempo. As revisões rápidas consistem em sínteses das melhores evidências disponíveis, apresentadas para abordar um problema prioritário, e são produzidas seguindo rigorosos padrões de metodologia e transparência. Como são destinados a apoiar a tomada de decisão, as respostas rápidas não incluem recomendações.

2.2 Pergunta de pesquisa

Esta revisão rápida foi conduzida a partir das seguintes perguntas de pesquisa: "Quais os resultados e impactos do fundo de garantia a exportação relacionados à competitividade das exportações brasileiras?".

Este estudo foi estruturado a partir do acrônimo PCC, descritos no quadro abaixo:

Quadro 1: Estrutura da pergunta de pesquisa

Problema (P)	competitividade das exportações brasileiras
Conceito (C)	resultados e impactos do FGE relacionado à exportação, produção, emprego e produtividade
Contexto (C)	exportações brasileiras

2.3 Critérios de elegibilidade

Foram incluídos estudos empíricos e descritivos, livros e capítulos de livros, artigos, dissertações, teses e resumos de congresso, nacionais e internacionais, que analisaram as características dos resultados e impactos registrados na literatura sobre o FGE – Fundo de Garantia a Exportação. Foram consideradas todas as publicações, não sendo utilizados filtros. Foram excluídos artigos de opinião, guias e manuais, estudos sobre geopolítica, estudos teóricos com recomendações sem resultados, impacto ou efeito.

2.4 Busca de informações

As estratégias de busca foram desenvolvidas com base na combinação de um conjunto de palavras-chave, estruturadas a partir do acrônimo PCC, usando os termos fundo de garantia à ex-

portação, resultado, impacto, efeito, avaliação, competitividade, emprego, produtividade, Brasil e suas variações, mapeados na literatura e por especialistas na área, adaptando-os para cada uma das bases consultadas. As estratégias de busca foram desenvolvidas pelas pesquisadoras da revisão em colaboração com a área técnica do Evidência Express.

Para identificação dos estudos, foi realizada busca sistemática sem sucesso nas seguintes bases de dados Tandfonline, Jstor, Portal de Periódicos CAPES, Diretório institucional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ProQuest, International Initiative for Impact Evaluation (3ie), Web of Science, Econstor, EBSQCO, Willey, Lens.org, Springer e Econpapers. Entretanto, foram encontrados documentos referentes ao assunto em pesquisa no Google Acadêmico, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, no acervo da Escola Nacional de Administração Pública - Enap e no Repositório Institucional Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Não foram utilizados filtros nas bases de dados, sendo que todas as publicações identificadas foram incluídas. As buscas foram realizadas entre 12 e 18 de dezembro de 2024 e o detalhamento das estratégias está apresentado no Apêndice 1. O instrumento para extração manual dos dados dos estudos elegíveis foi desenvolvido pelas pesquisadoras em uma planilha online de Excel.

2.5 Atalhos metodológicos

Como característico de uma revisão rápida, alguns atalhos metodológicos foram adotados. As etapas de triagem e seleção de evidências foram realizadas de forma pareada, ou seja, duas pesquisadoras de forma cega, sendo os desacordos identificados ao final - na abertura do cegamento e resolvidos por meio de consenso entre todas as pesquisadoras e a coordenação da pesquisa. Não foi realizada avaliação metodológica dos estudos incluídos, bem como da própria revisão rápida.

2.6 Análise dos dados

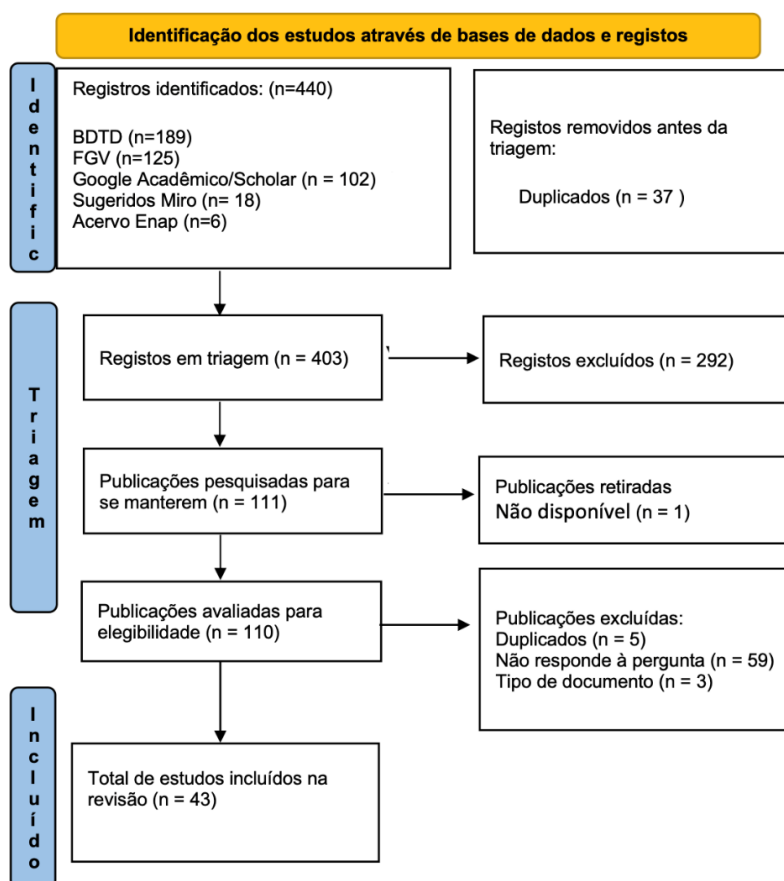
A análise foi conduzida de forma descritiva, sendo extraídas as seguintes informações para cada um dos estudos incluídos: autor e ano; título; tipo de documento; objetivo; desenho do estudo; unidade de análise; local do estudo; tamanho da empresa; setor produtivo; impacto, benefícios, danos, custos, percepção de entrevistas; dados de exportação, produção, emprego, produtividade e competitividade; países de destino das exportações e política citada.

3. Resultados

As buscas resultaram em 440 registros, considerando todas as publicações identificadas. Estes foram exportados para o gerenciador de referências Rayyan QCRI (11) e 37 documentos duplicados foram excluídos. Na triagem, foi realizada a leitura de título e resumo do total de 403 documentos, sendo selecionados 111 artigos para leitura na íntegra. Ao final, 43 estudos permaneceram para extração de dados. A Figura 1 ilustra o processo de seleção dos estudos e no Apêndice 2 estão apresentados os artigos excluídos com justificativa, na etapa de elegibilidade e extração.

Figura 1: Fluxograma PRISMA

PRISMA 2020 Fluxograma para novas revisões sistemáticas que incluam buscas em bases de dados, protocolos e outras fontes



Traduzido por: Verónica Abreu*, Sónia Gonçalves-Lopes*, José Luís Sousa* e Verónica Oliveira / *ESS Jean Piaget - Vila Nova de Gaia - Portugal de: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71

3.1 Características gerais dos estudos

Entre os 43 documentos selecionados, 6 são artigos, 6 são documentos/relatórios institucionais, 7 são teses de doutorado, 17 são dissertações de mestrado e 7 são trabalhos de conclusão de graduação ou pós-graduação. Estão incluídos estudos aplicados, sejam quantitativos, qualitativos e mistos, com objetivos exploratórios, descritivos e/ou explicativos com análise de dados primários e secundários, como estudos de caso, entrevistas/questionários, análises bibliográficas, documentais e modelos econométricos. Dezesesseis estudos utilizam modelos econométricos para identificar resultados e impactos.

A principal unidade de análise foi empresas exportadoras, com desagregações e/ou seleções por porte, setores econômicos ou recortes geográficos específicos, participação em programas de incentivo à exportação e amostras de conveniência, por exemplo. Alguns modelos utilizaram empresas não exportadoras para comparação. Outros exemplos de unidade de análise foram instituições e regulamentos relacionados ao comércio exterior.

Em relação ao tamanho das empresas analisadas, alguns estudos dão destaque às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), mas entre os que analisam diversos portes, as exportações das empresas de grande porte se destacam. São utilizadas diversas classificações de porte de empresa, como por faturamento das exportações, quantidade de funcionários ou pela receita operacional bruta. Para os estudos que especificaram seleção de setores econômicos, destacam-se bens de capital, indústria (principalmente de bens manufaturados) e construção.

Os estudos foram realizados no Brasil, realizando análises de cidades ou regiões específicas do país, como empresas do estado de São Paulo, de regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Alguns estudos compararam os dados nacionais com outros países, especialmente da América Latina. Os anos dos dados analisados pelos estudos estão entre o final dos anos 1990, em que se iniciam as políticas de interesse, até 2022.

No Quadro 2 são apresentados detalhes das informações extraídas dos estudos incluídos.

Quadro 1. Características dos estudos incluídos.

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
Abdala, 2013 (13)	Analisar a evolução da implementação do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) no período de 2003-2012, avaliando sua execução e identificando gargalos e fatores que explicam a dinâmica do programa	Micro, pequenas e médias empresas (MPMEs)	Competitividade das exportações (melhoria nas condições de crédito)	O PROEX atinge parcialmente seus objetivos, oferecendo apoio às exportações e melhores condições de competitividade, mas enfrenta limitações quanto à abrangência e ao número de empresas atendidas.
Albuquerque, 2008 (14)	Analisar a política pública de incentivo às exportações brasileiras (BNDES-Exim, PROEX, garantias do FGPC e coberturas de seguro da SBCE) e identificar os principais elementos que influenciaram o desempenho exportador das empresas nacionais	Tamanho da empresa não categorizado, mas descreve o faturamento com as exportações, segmentado em quatro categorias: (i) até US\$ 1 milhão; (ii) entre US\$ 1 e 10 milhões; (iii) entre 10 e 50 milhões; e (iv) acima de US\$ 50 milhões (CNI).	exportação	A política comercial, representada pelos financiamentos do BNDES-Exim, PROEX-Financiamento, PROEX-Equalização, pelas garantias do FGPC, e pelas coberturas de seguro da SBCE, não foi relevante para alavancar as exportações brasileiras. Dentre os programas existentes, apenas o BNDES-Exim apresentou uma evolução consistente. Os dois programas do PROEX – financiamento e equalização – apresentaram, nos últimos anos, execução orçamentária substancialmente inferior aos seus volumes de oferta. Por fim, de acordo com os dados desta pesquisa, o BNDES-Exim foi o programa que apresentou o maior percentual de concordância quanto à contribuição para alavancar as exportações (23,5%), em contraponto ao FGPC, que teve o menor percentual (12,6%). Outros programas oficiais que concedem maior competitividade às exportações tampouco foram determinantes para o crescimento do desempenho das exportações. É possível inferir que as políticas públicas horizontais direcionadas às exportações apresentaram um resultado melhor do que as concessões de crédito, aval, e seguro a empresas específicas. O BNDES-Exim destaca-se pelo volume do programa e pela taxa de evolução de seus financiamentos. O BNDES-Exim apresentou a menor taxa de discordância e a maior de concordância sobre contribuição dos programas oficiais para o crescimento das exportações. Importância inversa teve o FGPC, ao passo que os demais programas foram avaliados de modo semelhante. Os instrumentos da política comercial stricto sensu – financiamentos do BNDES-Exim, PROEX-Financiamento e PROEX-Equalização; aval do FGPC; e seguro do SBCE – foram considerados os elementos menos importantes de atuação governamental para o aumento das exportações. Os sistemas de crédito privado (PCOEPRI) apresentaram um peso ao redor de 20% superior aos instrumentos oficiais de crédito, garantia e seguro. A importância dos incentivos fiscais (PCOEFIS) foi semelhante aos instrumentos oficiais de fomento das exportações.

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
Alvarez, 2013 (15)	Investigar os determinantes do desempenho de firmas industriais brasileiras estreantes no mercado internacional, com especial atenção aos impactos dos instrumentos de apoio Drawback, BNDES-Exim e Proex sobre a decisão de exportar, no risco de abandono da atividade exportadora e evolução do valor exportado pelas empresas, como medida de intensidade no comércio internacional.	Não relatado	Maior chance de exportar e manter exportando se beneficiada com algum programa	Mecanismo de desoneração fiscal (Drawback) mais impacto que para PROEX. E Proex melhor que BNDES-Exim.
Alves, 2022 (16)	Analisar a abrangência dos financiamentos e garantias disponibilizados para as empresas brasileiras (PROEX, BNDES-Exim e FGE) inseridas no conceito de Base Industrial de Defesa Brasileira (BID Br) no período de 2012 a 2022	O estudo descreve grande concentração de recursos em grandes empresas, mas com alguma participação de MPMEs	Fomento à inovação, financiamento de longo prazo e fortalecimento da Base Industrial de Defesa	Identificou-se que os financiamentos e garantias disponíveis não atenderam adequadamente às necessidades da BID Br, com recursos concentrados em poucas grandes empresas. Iniciativas recentes buscam mitigar os principais entraves históricos enfrentados pelo setor.
Alves, 2023 (17)	Investigar o papel do BNDES como instrumento de desenvolvimento na internacionalização de empresas brasileiras entre 2003 e 2020, no contexto do Novo Desenvolvimentismo, avaliando políticas adotadas em diferentes governos.	O estudo descreve grandes empresas predominantes nas operações financiadas	Promoção de exportações e competitividade internacional das empresas brasileiras	As políticas de internacionalização e exportação impulsionadas pelo BNDES, especialmente durante os governos Lula e Dilma, contribuíram para a expansão de empresas brasileiras em mercados externos. No entanto, foram identificadas limitações na continuidade das políticas em governos posteriores.
Calzolaio, 2015 (18)	Investigar a relação entre política industrial e produtividade na indústria de transformação brasileira na década de 2000, analisando se as políticas adotadas falharam	Não relatado	Produtividade e competitividade	A produtividade apresentou queda durante o período de transição da política industrial, mas cresceu posteriormente, quando os benefícios das políticas foram plenamente utilizados.

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
	ou se algum mecanismo econômico influenciou essa relação			
Castilho, 2016 (19)	Analisar o papel do BNDES no financiamento às exportações de bens e serviços de alto valor agregado, com foco no segmento de engenharia e construção	O estudo descreve que grandes empresas predominam nas operações analisadas	Competitividade, geração de empregos e divisas, além de fortalecimento diplomático.	O financiamento do BNDES contribuiu para a internacionalização de empresas brasileiras, aumento de competitividade e fortalecimento do setor de engenharia, apesar de enfrentar críticas sobre a alocação de recursos e riscos políticos.
Cavalcante e Parga, 2015 (20)	estabelecer a relação entre os créditos fornecidos pelo BNDES destinados às exportações e o volume de exportações brasileiras	não relatado	exportação	Relação de cointegração entre o volume exportado pelo Brasil e as variáveis utilizadas nas estimações, mais especificamente: o volume de exportações mundiais, a taxa de câmbio efetiva real, o índice de preço de commodities e o desembolso do BNDES destinado às exportações. Apesar de não apresentar uma estatística muito significativa, os desembolsos feitos pelo banco às empresas exportadoras brasileiras resultam, no longo prazo, em um aumento de cerca de 3% nas exportações do país (significante a um nível de 10%). Outros: Um aumento de 10% no comércio mundial pode representar, no longo prazo, um aumento de cerca de 15% nas exportações totais brasileiras; um aumento de 10% no comércio pode representar, no longo prazo, um aumento de cerca de 11% nas exportações de produtos manufaturados; um aumento de 10% nesta taxa representa uma elevação de 19% nas exportações de produtos manufaturados.
Chagas, 2024 (21)	Identificar se o Programa de Incentivo às Exportações – PROEX supre uma lacuna de mercado no caso das micro e pequenas empresas, esclarecendo se o programa atua de forma redundante aos instrumentos já ofertados pelo setor financeiro ou se efetivamente fornece crédito àqueles que não teriam acesso no mercado privado.	Pequenas empresas, considerando o faturamento	concentração por porte	A análise revela que o Proex atendeu majoritariamente empresas de maior porte ao longo de todo o período. Já os exportadores informaram possuir acesso a outras linhas de crédito para exportação, muitas vezes optando pelo Proex por questões operacionais. Há mercado e apetite para o crédito à exportação no mercado privado e as microempresas parecem ser as maiores beneficiárias do PROEX, sendo o programa indiferente à medida que se analisa empresas de maior faturamento. Neste sentido, parece ser oportuno que se reveja o atual direcionamento do Proex Financiamento de forma a priorizar o acesso às MPME e às empresas que estejam realizando as primeiras experiências de internacionalização, de qualquer porte. O exportador afirma ter fontes de crédito privado disponíveis com taxas até mais baixas que aquelas oferecidas atualmente pelo programa público, contudo opta pela linha pública por apresentar maior confiança no atual agente operador do PROEX, o Banco do Brasil. A análise da fala deste exportador leva ao entendimento que o acesso ao crédito não seria a principal dificuldade por ele enfrentada, mesmo considerando-se o menor porte, e sim a confiança na atuação de comércio exterior das instituições financeiras privadas. Assim como na pesquisa exploratória, a questão orçamentária do Proex foi crítica unânime

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
				entre os entrevistados. O principal argumento utilizado foi a insegurança sobre as possíveis negociações conduzidas pela empresa, mas também a necessidade de uma carta de crédito para realizar a exportação, a falta de integração entre o PROEX e outros instrumentos privados de financiamento às exportações, como o ACC e o ACE e a inexistência de uma linha de promoção à exportação no programa.
Confederação Nacional da Indústria, 2018 (22)	Identificar e monitorar obstáculos que impedem o país de desempenhar plenamente um perfil exportador condizente com o tamanho de sua economia.	Análise micro, pequenas empresas, empresas médias e as grandes empresas, de acordo com a classificação da EUROSTAT.	concentração por porte	Os exportadores sinalizam que o principal motivo para o baixo uso dos mecanismos de financiamento é a dificuldade de acesso a informações sobre os programas (figura 34) e 16,7% apontam não ter necessidade de financiamento. A quantidade de exportadores que fazem uso dos instrumentos de garantia às exportações é baixa. 84% dos exportadores não fazem uso de nenhum tipo de garantia. As garantias utilizadas por uma parcela maior de exportadores são o Convênio de Pagamento de Créditos Recíprocos - CCR (5,2%) e o Fundo de Garantia às Exportações - FGE (4,2%). Empresas de grande porte utilizam mais os instrumentos de garantia no financiamento das exportações. No caso dessas empresas, o percentual de empresas que não utilizaram garantias cai para 71,9% (figura 36).
Costa et al., 2014 (23)	Desenvolver um modelo de avaliação para o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) com foco em melhorar sua eficiência, eficácia e governança	O estudo descreve que grandes empresas predominam no uso do PROEX; e que pequenas e médias empresas são analisadas, mas com menor representatividade	Aumento da eficiência do programa e acesso de pequenas empresas ao financiamento de exportações	O estudo apresenta um painel de indicadores e uma metodologia para calcular o spread recomendado para equalização de taxas de juros. Aponta aumento na eficiência e melhor direcionamento dos recursos às pequenas e médias empresas após 2005, mas destaca a necessidade de ajustes na governança e maior diversificação setorial.
Dourado, 2022 (24)	Avaliar o efeito líquido do PROEX sobre a capacidade de exportação do setor como um todo, já descontando os rearranjos entre o poder de mercado das firmas em cada setor.	Micro, pequenas e médias empresas (MPMEs)	Aumento da exportação	O resultado econométrico demonstrou que, na média dos países analisados, o acréscimo de 10% do PROEX, associado ao choque de demanda proporcional nos países de destino, provocou o aumento médio das exportações setoriais brasileiras em 21,3%.
Galetti, 2010 (25)	Analisar os resultados dos dois principais programas públicos de financiamento à exportação – BNDES Exim e Proex – no apoio	Não relatado	Empresas apoiadas pelo BNDES Exim exportaram, em média,	Empresas apoiadas pelo BNDES Exim e empresas apoiadas pelos programas públicos permaneceram, em média, por mais tempo na atividade exportadora. As empresas apoiadas pelo Proex Financiamento não apresentaram resultados estatisticamente

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
	aos exportadores industriais no período que se estende de 2000 a 2007		14,7% a mais do que empresas com características similares que não receberam apoio	diferente das empresas similares não apoiadas, embora tenham sido favoráveis ao programa.
Galetti e Hiratuka, 2013 (26)	Avaliar os impactos dos programas públicos de financiamento às exportações no Brasil, com foco no PROEX e no BNDES-Exim, em relação ao valor exportado pelas empresas apoiadas	Empresas de diferentes portes, com destaque para micro, pequenas e médias empresas	Incremento no valor exportado e competitividade	O BNDES-Exim teve impacto positivo e estatisticamente significativo, aumentando o valor exportado em 14,7%, em média, pelas empresas apoiadas. Micro e pequenas empresas apoiadas apresentaram um aumento de 43,3% nas exportações. O PROEX, apesar de não apresentar significância geral, mostrou resultados positivos para micro e pequenas empresas, com um aumento de 34,1% no valor exportado.
Giomo, 2018 (27)	Avaliar qual o impacto do programa público de financiamento às exportações do BNDES (BNDES-Exim) sobre as exportações brasileiras	Foram analisadas microempresas, pequenas, médias e grandes empresas, de acordo com a classificação de porte dos clientes pelo BNDES, realizada conforme a Receita Operacional Bruta (ROB) das empresas ou conforme a renda anual de clientes pessoas físicas.	Exportação	As evidências encontradas sugerem que o programa BNDES-Exim tem impacto positivo e significativo sobre o valor total exportado, além de estar direcionando os recursos para os setores exportadores estratégicos para o desenvolvimento nacional. Além disso, indica um processo preocupante de abandono desta política em meio a uma crise econômica e política que se arrasta desde 2014. O impacto da variação do financiamento às exportações brasileiras através do crédito do BNDES sobre a variação do montante de exportações possui significância estatística até mesmo a 1% no modelo GMM. A estimativa em GMM indica que cada variação de 1 bilhão de dólares no crédito concedido às empresas com fins de exportação pelo BNDES-Exim gera uma variação de 1 bilhão e 677 milhões de dólares nas exportações brasileiras. A proporção entre o valor das exportações totais do Brasil em relação ao crédito de incentivo às exportações desembolsados pelo BNDES é muito baixa, tendo seu ápice em 2010, quando o desembolso pelo BNDES-Exim foi 5,57% do valor total das exportações brasileiras. No segmento de aeronaves é possível realizar uma comparação também pelas unidades comercializadas com e sem apoio. O BNDES-Exim tem papel relevante no setor. Existem, entretanto, oscilações na participação que não significam uma lacuna na capacidade de apoio, mas que o mercado também dispõe de fontes privadas de financiamento para o segmento. A Indústria de transformação é a principal beneficiária do programa BNDES-Exim, com participação relativa de 85,29% dos desembolsos durante todo o período estudado. No âmbito micro, as empresas exportadoras apoiadas pelo BNDES mostram sua grande importância quando são considerados os valores exportados anualmente por elas. Considerando todo o período de 2000 a 2007, os valores desembolsados representaram 26,5% do total exportado por essas empresas. Assim, como há concentração industrial nas regiões brasileiras, há, consequentemente,

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
				maior absorção dos desembolsos do BNDES-Exim pré-embarque nas regiões mais industrializadas.
Gomes, 2003 (28)	Analisar o comportamento e crescimento das exportações brasileiras de 1990 a 2001; - Verificar o orçamento existente do PROEX e a evolução de seu desempenho; - Analisar os fatores primordiais que levam as empresas exportadoras a darem preferência ao PROEX no momento de escolha do melhor programa de financiamento.	Não relatado	Exportação e Competitividade	Evolução das exportações brasileiras por setor econômico, no que tange à -competitividade e produtividade para o desenvolvimento da indústria brasileira, -visando sempre o comprometimento governamental para com as empresas em -desbravar novos mercados e atingir seus ápices no comércio exterior.
GRIMALDI, CARNEIRO, ACIOLY & CINTRA, 2010 (29)	Identificar as principais características das firmas apoiadas por Drawback, PROEX e BNDES-Exim. Três objetivos específicos pretendem ser analisados com maior atenção: i) o aumento do número de empresas da base exportadora, meta declarada da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); 41 ii) a necessidade de elevar a sofisticação tecnológica da pauta comercial, tema recorrente nos discursos dos policy-makers; e iii) o estímulo às exportações de MPMEs.	Análise micro, pequenas, médias e grandes empresas. A tabela 7 apresenta a distribuição das empresas, de acordo com critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Exportação ou seletividade de porte, nível de tecnologia ou região	O universo das exportadoras é muito pequeno em relação ao total de firmas da amostra. A razão entre firmas exportadoras e total de firmas da RAIS oscila entre 0,9% e 1,5% ao longo do período analisado. O que chama a atenção é o pequeno alcance das políticas. O Drawback, a maior delas, alcança pouco mais de 10% da base exportadora. Em 2007, o Proex-equalização e o Exim alcançaram apenas 0,1% e 0,47%, respectivamente. A respeito desse último, vale notar que o número de empresas apoiadas caiu consistentemente, na comparação com 2003. A média do valor médio de exportação das exportadoras independentes é muito inferior à das empresas que recebem algum apoio. Isso levanta duas hipóteses: i) pode ser que os programas sejam muito eficientes em alavancar o volume exportado; ou, ii) pode ser que os instrumentos de promoção de comércio exterior estejam sendo pouco eficientes em alcançar as firmas de menor porte – mesmo entre as que já vendem no mercado internacional. O número médio de empregados das firmas apoiadas pelo Exim é, pelo menos, 7,5 vezes a média de trabalhadores das independentes. Para o Proex-Equalização essa razão é sempre superior a 21 durante o período analisado. Mesmo no Proex-financiamento (que declaradamente tem como “foco” pequenas e médias empresas), fica claro que se trata de firmas que são, na média, razoavelmente maiores que a empresa que exporta sem apoio. O Proex-equalização e o Exim, em especial, parecem se concentrar em grandes empresas. Por outro lado, o Proex-financiamento se destaca com uma razoável parcela do seu “público” concentrado no grupo de firmas pequenas ou médias. As diferenças nas distribuições se acentuaram bastante ao longo do período analisado. Enquanto a região Sul representa cerca de 25% das exportadoras independentes, nas apoiadas a sua participação gira em torno de 40%. O Proex-equalização não apoiou

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
				nenhuma empresa da região Norte em todo o período analisado. As firmas apoiadas demonstram ter uma quantidade superior de mão de obra especializada. O Proex-equalização se concentra em firmas de alta sofisticação. O Exim também, em menor escala. No Proex-equalização a participação de firmas com baixa e média-baixa tecnologias aparece um pouco acima dos percentuais observados para as exportadoras independentes. Isso pode estar ligado ao fato deste instrumento ter como “foco” as pequenas e médias empresas – costumeiramente mais intensivas em mão de obra.
HANSEN, 2017 (30)	Apresentar a evolução do financiamento (PROEX, BNDES-Exim e FGE/SCE) a projetos de exportação de bens e serviços de infraestrutura por empresas brasileiras, com financiamento do BNDES, no período de 1998 a 2016	Não relatado	Ampliação do financiamento à infraestrutura, com fortalecimento da integração regional e internacionalização de empresas brasileiras	O BNDES financiou 154 operações de exportação de bens e serviços de infraestrutura, distribuídas em 575 desembolsos, totalizando US\$ 14,7 bilhões. Desses, 47% foram destinados a países da América do Sul, 33% ao continente africano e 20% à América Central
Honorio, 2019 (31)	Analisar a dimensão da infraestrutura nas relações bilaterais Brasil-Bolívia e Brasil-Ecuador durante os governos Lula (2003-2010). Políticas analisadas: FGE, BNDES-Exim e PROEX.	não relatado	Viabilização	Trabalhou-se a ideia de que o ativismo político bilateral do governo brasileiro no tema deve ser entendido a partir de duas dimensões que subsidiaram a ação diplomática: 1) a arquitetura regional do tema, cujos maiores resultados para a ação brasileira foram a convergência em torno da importância da integração da infraestrutura regional e as possibilidades abertas aos atores brasileiros em decorrência da incapacidade de financiamento e implementação das obras multilateralmente e 2) a arquitetura doméstica de criação de políticas e mecanismos de estímulos e crédito para a exportação de bens, serviços e produtos de empresas brasileiras para a América do Sul. Houve determinante participação do governo para que as obras fossem realizadas por empresas brasileiras. Observou-se, a partir da análise dos dados encontrados, heterogeneidade nas formas como as obras ocorreram. O elemento comum foi a ação diplomática do governo brasileiro a respeito da importância das obras de infraestrutura para a integração regional e o apoio do Brasil para a realização bilateralmente, a partir do papel que as empresas brasileiras e os financiamentos do BNDES poderiam desempenhar. No entanto, pontua-se que nem todas as obras contaram com o financiamento do BNDES. Os financiamentos de exportações brasileiras com destino ao Equador passaram a ser vistos com alto risco político de não cumprimento dos acordos, impactando nas avaliações técnicas às quais os empréstimos do banco eram sujeitos nas instâncias burocráticas do governo brasileiro. Em obras no Equador, os mutuários da dívida foram sempre entes

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
				públicos, ou seja, o governo equatoriano. Na maioria dos casos os consórcios vencedores das obras eram formados pelas empresas brasileiras em parceria com empresas equatorianas ou de outros países.
Ipea, 2020 (32)	Analisar a inserção internacional como vetor de recuperação econômica para o Brasil, destacando comércio exterior, investimentos, financiamento e atuação internacional no contexto pós-COVID-19. Políticas analisadas: PROEX, BNDES-Exim e FGE	Não relatado	Competitividade, produtividade e dinamização da economia brasileira	Identificação de estratégias e políticas para estimular exportações e investimentos, incluindo propostas para a melhoria do ambiente regulatório e mecanismos de financiamento.
Kannebley Júnior, Prince e Alvarez, 2021 (33)	Análise do impacto do financiamento estatal brasileiro às exportações em três programas – Proex, Exim e Drawback – sobre o desempenho de firmas no comércio exterior entre 1998 e 2007. Foco em i) risco de abandono da atividade exportadora; ii) número de destinos; e iii) valor da exportação.	Não relatado	exportação, competitividade	Relação positiva entre programas de exportação e as margens de exportação intensiva e extensiva, bem como com persistência no comércio internacional, embora nem todos os três programas sejam eficazes. As empresas apoiadas tiveram sua chance de continuar exportando aumentada entre 4% e 13%, aumentando seu número de destinos em até 43% e o valor da exportação entre 74% e 90%. Os resultados sugerem que restrições financeiras podem limitar o potencial de exportação das empresas e destacam a importância das políticas de promoção de exportação do governo, principalmente em países em desenvolvimento que sistematicamente sofrem com falhas no mercado de crédito. Os impactos diferem de acordo com o tipo de programa usado. O programa Proex e o mecanismo Drawback têm o maior impacto dentre os estudados e afetam as três medidas de desempenho de exportação. Ambos os instrumentos aumentam a capacidade da empresa de continuar exportando entre 3% e 15%. O mesmo não acontece com o BNDES-Exim. Uma possível explicação é que este programa prioriza grandes empresas, que podem não ser particularmente dependentes deste recurso para permanecer no mercado internacional. Esses resultados indicam que programas que beneficiam empresas menores (que têm maiores restrições financeiras) tendem a ser uma política melhor, como o caso do Proex indica. O mecanismo Drawback também beneficia as empresas ao permitir que elas melhorem a lucratividade das exportações, encorajando um aumento no número de destinos de exportação para empresas que tendem a exportar continuamente. Além disso, o impacto dos programas de promoção de exportação persiste ao longo do tempo com um declínio gradual.
Lima, 2023 (34)	Analisar como os fatores de risco influenciam os resultados	Não relatado	Melhoria da política em dois eixos: aumentar	Limitações de insumos do SCE (credibilidade, capacidade). Assim como restrições. 50% das operações aprovadas não se tornam efetivas.

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
	da implementação do seguro de crédito à exportação.		credibilidade e ser mais atrativo.	
Lima et al., 2023 (35)	Realizar uma análise do sistema oficial de garantias às exportações no Brasil, com foco nos aspectos contábeis e orçamentários.	Não relatado	Governança e eficiência do sistema de garantias	O sistema apresenta limitações, como a existência meramente contábil do fundo de lastro e a ausência de independência financeira, o que afeta a eficiência no suporte às exportações
Luis, 2017 (36)	Analisar o arcabouço jurídico e institucional de proteção e promoção dos investimentos brasileiros no exterior, com enfoque no caso africano, propondo melhorias para o modelo brasileiro. Políticas analisadas: BNDES Exim e SCE/FGE.	Grandes conglomerados empresariais brasileiros	Promoção de investimentos, mitigação de riscos políticos e fortalecimento de instrumentos jurídicos.	O modelo brasileiro de proteção e promoção de investimentos apresenta fragilidades na mitigação de riscos políticos e regulatórios, destacando-se a necessidade de maior alinhamento entre as dimensões nacional e internacional
Marcato, 2020 (37)	Analisar a efetividade do arcabouço público de financiamento e seguro às exportações do Brasil (PROEX, BNDES-Exim e FGE/SCE) por meio de uma comparação com o sistema alemão, identificando disfuncionalidades e propondo melhorias para a competitividade brasileira	Não relatado	Competitividade e integração de políticas de financiamento às exportações	Não foram identificadas grandes disfuncionalidades operacionais nos instrumentos brasileiros, mas a ausência de uma estratégia coordenada limita sua efetividade em aumentar a competitividade das exportações, especialmente em comparação ao sistema alemão.
Marques, 2008 (38)	Avaliar os efeitos dos instrumentos de crédito à comercialização (pós-embarque) das exportações brasileiras inseridos no orçamento da União – o seguro de crédito à exportação do FGE, e as modalidades de financiamento e de equalização de taxas de juros do PROEX – sobre as exportações brasileiras	Não relatado	Impacto do resultado (exportação, produção, emprego, produtividade, competitividade)	PROEX-Equalização apresentou resultados positivos e altamente significativos. O seguro de crédito do FGE também apresentou resultados positivos, embora um pouco menos significativos que os do PROEX-Equalização. Pode-se concluir que são interessantes instrumentos de política, capazes sobretudo de fornecer incentivos para a atuação do setor privado, possibilitando a desejável alavancagem de crédito através da correção da falha de mercado de provisão de crédito de longo prazo.

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
	de produtos manufaturados no período 2001 a 2006.			
Moreira e Panariello, 2005 (39)	Mensuração dos incentivos das linhas oficiais de apoio financeiro às exportações (PROEX, Drawback e outros incentivos fiscais).	Não relatado	Exportação	No caso da equalização, o componente de incentivo em relação ao total das exportações brasileiras médio no período 1995-2004 foi de 0,45%. Com relação ao valor das exportações alavancadas, o coeficiente de incentivo apresentou uma média de 6,4% no período 1995-2004. Os incentivos implícitos nos financiamentos diretos às exportações são ainda menos significativos. Com relação ao total das exportações brasileiras, o percentual teve uma média de 0,0176% no período 1995-2004. No período 1996-1999, o incentivo implícito foi sempre negativo. A maior relevância dos incentivos se verifica no caso das exportações de máquinas e equipamentos: com uma média de 24,3% no período 1995-2004, tendo atingido um pico de 49,7% em 2003. No entanto, em 1998 verificou-se situação diametralmente oposta: um “incentivo” negativo para esse segmento de quase 50% - isto é, o custo dos empréstimos via PROEX foram 50% superiores a uma alternativa hipotética de financiamento em reais com a taxa SELIC. Verifica-se, contudo, uma taxa muito expressiva de incentivos da modalidade de equalização para o grupo CNAE 35, que engloba as aeronaves regionais (Tabela XVIII). Essa taxa chegou a alcançar mais de 20% do valor das exportações totais desse grupo da CNAE em 1998, situando-se em 2004 em pouco mais de 2%. Descritivos: O volume de recursos chamados oficiais, mesmo quando incluídos os do BNDES, mobilizados para o crédito à exportação é pouco expressivo se comparado ao montante global de financiamento às exportações, representando em média 1% do crédito total no período 94-96, com um aumento a partir de então, atingindo o pico de participação de 14% do total em 2002, em função da forte redução das linhas externas de curto prazo nesse ano (Tabela XIII). Isso é um indicador preliminar da pequena relevância, em termos agregados, dos eventuais incentivos incorporados na concessão desses recursos - a despeito do impacto mais expressivo dessas linhas em determinadas modalidades de apoio, como por exemplo: no crédito pós-embarque de longo prazo, nos financiamentos governo a governo, no apoio a empresas de menor porte, e nos financiamentos das exportações de determinados produtos como aeronaves, cuja exportação ficaria certamente inviabilizada se não contasse com tais mecanismos. Note-se que parcela importante dos financiamentos pelo PROEX é direcionada para as exportações de serviços (isto é, a relação recursos públicos/exportações totais de bens e serviços é ainda menor do que a mencionada).
Nilson Correa Biscaia Junior, 2001 (40)	Verificar o impacto da utilização do Seguro de Crédito às Exportações nas vendas externas de pequenas e médias	Pequenas e médias	Aumento de competitividade e da exportação	A utilização do SCE proporcionou às empresas analisadas redução do risco das suas exportações, ganhos em competitividade e melhores condições de adotar estratégias de alavancagem de suas vendas externas.

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
	empresas industriais exportadoras de móveis do polo moveleiro do Município de Arapongas/PR.			
Oliveira, 2018 (41)	Analisar principalmente a evolução das políticas de fomento do banco às exportações brasileiras, com particular enfoque a um dos principais instrumentos da agência estatal, que constituiu peça-chave no processo de transnacionalização das empresas brasileiras, a linha pós-embarque do programa de financiamento às exportações, BNDES-Exim.	Foram analisadas micro, pequenas, médias, médias-grandes e grandes empresas	Consolidação de multinacionais brasileiras	A atuação do BNDES nessa estratégia de desenvolvimento foi marcada mais por nuance, ou seja, avanços e recuos ao longo de todo o período do que por rupturas ou continuidades completas. 54 empresas foram responsáveis por 3155, ou seja, por cerca de 87% do total de contratos. Ressalta-se que, de acordo com dados disponíveis no portal eletrônico do BNDES, a Embraer e a Odebrecht receberam, respectivamente, 78,1% e 83,4% dos desembolsos pós-embarque do BNDES-Exim nesses anos. E essa tendência foi continuada nos anos posteriores até 2013, último ano em que puderam ser percebidos altos valores de desembolsos para o financiamento das exportações. Com relação aos destinos dos contratos que receberam financiamentos do BNDES Exim Pós-Embarque, nota-se que a maior parte deles se concentraram nos países da América do Sul, 2751 - 75,9% do total. A América do Norte se destaca como a segunda principal região de atuação das empresas, abarcando 480 contratos, ou seja, 13,9%. Em terceiro lugar, as regiões América Latina e Caribe representaram 7,5%, o que significou o estabelecimento de 271 contratos. Em seguida, foram firmados na África, particularmente em Angola, 58 contratos, ou seja, 1,6% do total. As regiões América Central, Europa e Ásia, também representadas por apenas um país cada uma, concentraram apenas 0,38% do total de contratos firmados no período de 1997 a 2010 (Tabela 3.14). A tendência verificada indica que o processo de transnacionalização esteve mais estreitamente relacionado à diversificação das oportunidades de negócios para as multinacionais em tempos de crise do que a uma política com vistas a expandir as iniciativas de integração regional e aproximação com os países africanos. A linha pós-embarque do BNDES-Exim foi condição <i>sine qua non</i> para a consolidação das multinacionais brasileiras no interregno entre 1997 e 2010, mas também durante o triênio posterior ao recorte temporal dessa pesquisa. Em momentos de grande instabilidade econômica, tanto em âmbito doméstico quanto internacional, os desembolsos pós-embarque não se elevam em níveis muito superiores aos verificados na linha pré-embarque. O processo de transnacionalização das empresas brasileiras é um fenômeno bastante complexo e foi influenciado por diversos fatores como, por exemplo, as condições econômicas externas e domésticas, por um contundente suporte diplomático, pela existência ou não de linhas de financiamento específicas e fontes externas de captação de recursos.

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
				O exame cuidadoso da evolução das políticas de apoio à exportação do BNDES-Exim e, particularmente, da linha pós-embarque evidência uma característica central desse processo: o alto grau de concentração dos desembolsos dessa linha de financiamento em um pequeno número de grandes empresas exportadoras. Mesmo em momentos de maior pulverização do suporte financeiro em uma quantidade maior de empresas, essa tendência pôde ser observada.
Oliveira, 2022 (42)	Investigar a razão de a pauta brasileira não se basear em produtos de alto valor agregado, ou seja, aqueles que foram alvos de vários processos industriais.	Não relatado	Competitividade das exportações (melhoria nas condições de crédito), carga tributária elevada, burocracia, infraestrutura e logística desatualizadas, falta de recursos para financiamento, seguro e garantia, terminam por deixar o país menos competitivo no mercado global.	Os programas de financiamento, garantias e seguros existentes não possuem recursos suficientes. A análise de pedido de crédito é burocrática, envolve vários órgãos, o que torna o processo lento. Programas de crédito são fundamentais para incrementar o setor de produtos de alto valor agregado, sem o qual o Brasil não pode se inserir na cadeia global de valor, nem ousar exportar essa espécie de produtos com valor adicionado.
Pacheco e Corder, 2020 (43)	Avaliação da experiência brasileira de promoção da inovação e do estímulo ao comércio exterior (BNDES-Exim, PROEX e FGE) e identificação o grau de seletividade setorial da recente política de apoio ao comércio exterior.	Não relatado	concentração setorial	O Sistema de financiamento e as garantias ao comércio exterior se consolidou, inclusive com o crescimento das operações de apoio ao comércio exterior do BNDES, que combina esses instrumentos (BNDES-Exim e o PROEX-Equalização). O BNDES tornou-se a principal fonte de recursos para o financiamento das vendas externas, enquanto os recursos orçamentários concentraram-se, do ponto de vista do sistema de financiamento, no PROEX Equalização. Em paralelo o FGE assumiu a função de dar suporte às operações de garantias, operado de forma privada por meio do SBCE. Não há dúvida que o mercado de crédito privado é central nesse sistema e responde hoje por grande parte das operações de curto prazo. Mesmo assim, há que ressaltar que a importância da participação governamental decorre da tradicional dificuldade em obter financiamento à exportação de prazos mais longos e para viabilizar a exportação de certos setores específicos para mercados de risco considerado elevado. Alguns dos instrumentos próprios da política comercial e que

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
				ganham importância na década, são muito diferenciados setorialmente, em especial o PROEX-E qualificação e o PROEX-Financiamento, que são os incentivos com a maior dispersão setorial. Há, portanto, em paralelo à “maior horizontalização” da política de incentivos (decorrente da desoneração do ICMS, do PIS e da COFINS), um aprofundamento da seletividade setorial dos outros instrumentos. A frágil articulação entre as políticas de comércio exterior e a política tecnológica parece ser uma combinação de dois fatores: • a ausência de uma visão estratégica do comércio exterior e da política tecnológica, que oriente essas ações para uma agenda comum de médio e longo prazo; • a fragilidade dos interesses envolvidos nessa formulação, que são muito localizados (software, serviços de engenharia, aeronáutica, para citar alguns), mas incapazes de trazer essas questões para o centro da agenda econômica.
Primo Junior, 2005 (44)	analisar o Programa de Financiamento às Exportações PROEX desde a sua criação até 2004, considerando sua dotação orçamentária e os resultados nas exportações brasileiras, programa este dedicado a proporcionar as empresas nacionais condições de financiamento equivalentes as do mercado internacional.	Não relatado	Exportação e Competitividade	Um aspecto bastante positivo ao PROEX é a consolidação do programa no país, permitindo o crescimento anual das exportações nacionais e contribuindo com o fortalecimento do PIB no país.
Rezende, 2006 (45)	Avaliar o desempenho dos programas de financiamento às exportações PROEX e BNDES-Exim, verificando sua contribuição para o incremento do valor das exportações brasileiras no período de 1992 a 2004	Micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) destacadas, além de grandes empresas	Incremento no valor das exportações e melhoria na competitividade das empresas exportadoras brasileiras	Os programas PROEX e BNDES-Exim mostraram bom desempenho no incentivo às exportações, apesar de entraves como o difícil acesso ao crédito por MPMEs e o desconhecimento das linhas de financiamento.
Rocha, 2020 (46)	analisar os efeitos econômicos de políticas comerciais de redução dos custos financeiros para promoção às exportações (BNDES-Exim e PROEX)	Todos os tamanhos	Aumento de competitividade e da exportação	Os setores mais afetados com relação às exportações no Brasil foram os de produtos derivados do papel e couro para vestuário, na região Centro-Oeste, e os artigos de couro para vestuário, na região Norte; O principal crescimento de exportações aconteceu no setor de fabricação e distribuição de gás, eletricidade e água, nas regiões Nordeste e Norte.

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
	executadas durante o governo de FHC, com auxílio de um modelo de equilíbrio geral computável.			
Rodrigues, 2007 (47)	Analisar a existência dos mecanismos públicos de financiamento à exportação (BNDES-Exim e PROEX) e o uso destes pelas empresas cearenses	MPMEs	Exportação	Do total de 260 empresas cearenses que exportaram, em 2006, apenas 9 já utilizaram o PROEX, desde sua criação, em 1991. No caso das linhas do BNDES-Exim apenas 6 empresas realizaram operações, no período 2000 a 2006. os valores envolvidos nas operações de financiamento, pelas empresas cearenses, no período de 2000 a 2006, é inexpressivo, se comparado ao volume total exportado pelo Estado: US\$ 5,1 bilhões de Dólares norte-americanos.
Roza, 2002 (48)	Descrever os principais mecanismos financeiros de estímulo às exportações disponíveis no Brasil (BNDES e SCE) e estimar o impacto dos financiamentos sobre a rentabilidade das empresas.	Não relatado	ganho financeiro significativo e consequente vantagem competitiva às empresas exportadoras brasileiras.	Conclui que os mecanismos de financiamento às exportações e o seguro de crédito à exportação, se utilizados de forma racional e planejada, proporcionam ganho financeiro significativo e consequente vantagem competitiva às empresas exportadoras brasileiras.
Santana, 2017 (49)	Articulação entre a reflexão decorrente das ideias dos analistas das relações internacionais brasileiras e a análise da formulação dos planos industriais e de comércio exterior, para a posterior verificação do desempenho operacional do BNDES-Exim no período 2003 – 2014; Identificar os objetivos do Governo Federal ao realizar a política de concessão de crédito para exportação empreendida pelo BNDES no período 2003 a 2014 e a estratégia utilizada.	Não relatado	exportação, concentração	Valor exportado e desempenho do saldo comercial: A importância relativa dos desembolsos do BNDES-Exim sobre o total exportado é relativamente pequena, uma vez que bens básicos não são passíveis de apoio pela linha de crédito. Desde a sua criação, em 1991, a linha apoiou mais de 1500 exportadores (dos quais 60% foram MPME), principalmente do setor de bens de capital (70% do valor desembolsado). No início dos anos 2000, o BNDES-Exim era uma das modalidades com maior participação no total desembolsado pelo Banco. Com o decorrer dos anos, tal participação foi diminuindo, a despeito da tendência de constância dos gastos destinados ao apoio às exportações. Isso explica-se pelo fato dos desembolsos totais do BNDES terem crescido a taxas bastante elevadas, sendo que em 2003 estes foram da ordem de R\$ 33.534 milhões e em 2014 R\$ 187.837 milhões. Ao se observar os valores destinados às duas modalidades do apoio à exportação, pré-embarque e pós-embarque, nota-se que a modalidade pré-embarque, destinada ao financiamento da produção dos bens e serviços que serão exportados, representou 62% do total. O desembolso total do BNDES-Exim no período 2003-2014 apresentou uma tendência de manutenção dos valores desembolsados. Há apoio mais expressivo à produtos de maior valor agregado, indicando a preocupação do Banco neste sentido. Composição da pauta exportadora brasileira: Os desembolsos do pré-embarque destinaram-se, quase exclusivamente, ao setor da Indústria de Transformação,

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
				apresentando uma média de R\$7,91 bilhões ao ano, e representa 96,46% do total desembolsado nesta modalidade. Até 2006 o financiamento para exportações de bens de capital correspondia por praticamente a totalidade dos desembolsos da modalidade pós-embarque. A Embraer recebe grande parte do apoio, o que igualmente não se configura como uma característica própria de um Banco que pretenda criar e consolidar uma diversificação da pauta exportadora. Pode-se afirmar que a atuação do BNDES foi na “contramão” do movimento de desindustrialização observado na estrutura dos exportados no período na economia brasileira. Observou-se que o Banco apoiou muitos produtos e serviços, desde os mais básicos até os mais elaborados. Não foi possível caracterizar a atuação geral do Banco em prol do apoio a produtos e serviços de maior valor agregado, bem como, ao longo do período analisado, houve diferentes fases na sua atuação. Porte das empresas exportadoras brasileiras: Nota-se a grande concentração em um pequeno número de empresas (as 10 maiores beneficiadas pelos financiamentos do pós-embarque recebem 88,52% do total desembolsado pela modalidade), sendo que somente duas empresas recebem 78,05% deste total. Quase totalidade do desembolsado pela linha no período (98,59% do total) foi para Grandes Empresas. Entre 2003 e 2014, a participação percentual do número de empresas exportadoras foi 47,7% de Micro e Pequenas Empresas, 25,7% de Médias Empresas e 24,1% de Grandes Empresas. No entanto, no tocante ao valor total exportado no período, a participação média anual das Micro e Pequenas Empresas foi de 1,4% (totalizando 25.026 US\$ milhões), das Médias Empresas 5,3% (99.272 US\$ milhões) e das Grandes Empresas 93,2% (2.105.471 US\$ milhões). Observou-se que a atuação do banco não foi suficiente para alterar o caráter de extrema concentração do valor exportado por parte das grandes empresas. Parceiros comerciais do país: A atuação do Banco apresenta um caráter conservador, por concentrar uma grande parte dos recursos em um relativo pequeno grupo de países. Apenas 41 países foram destino de operações do banco no período 2003 – 2014, sendo que os 15 principais receptores corresponderam a 93,26% e os 10 primeiros a 85,39% do total dos desembolsos. Este fato indica que o banco não atuou de forma consistente para sustentar a prospecção e consolidação de mercados muito diversos. Os desembolsos para a América Latina apresentaram aumentos significativos ao longo do período analisado, apresentando uma média de crescimento de 18,14% a.a., se consolidando como o importante região de atuação das exportações financiadas pelo Banco.
SCHMIDT, 2019 (50)	Avaliar qual o impacto sobre o desempenho exportador das empresas brasileiras exportadoras da participação	Todos os tamanhos	em 2007, mais de 40% do valor exportado pelo país em	A participação nos programas teve impacto no desempenho exportador das firmas apoiadas, mas que este impacto se manifestou de forma distinta entre os três programas e os diversos indicadores de desempenho exportador investigados.

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
	em programas governamentais de apoio à exportação (BNDES-Exim, o Drawback e o Proex Financiamento).		mercadorias foi oriundo de operações das firmas apoiadas por algum dos programas	
Silva, 2012 (51)	Investigar os impactos do programa BNDES Exim sobre o tempo de permanência das empresas brasileiras no mercado internacional, utilizando microdados de exportações	Empresas de diferentes tamanhos, com análise de variáveis como número de empregados e produtividade	Aumento do tempo de permanência no mercado internacional e redução de desistências precoces entre empresas exportadoras	Empresas que receberam financiamento do BNDES-Exim permaneceram mais tempo no mercado internacional, com destaque para o aumento da permanência em 1997 e 1999, enquanto os resultados para 2000 foram mais ambíguos
Silva, 2016 (52)	Analisar a relação entre instituições e o comércio internacional no Brasil, com foco nos impactos de tarifas, tributos e crédito público à exportação (PROEX, BNDES-Exim e FGE) sobre a atividade comercial do país	Não relatado	Competitividade internacional, facilitação de exportações e melhorias institucionais	Apesar dos avanços institucionais, o Brasil ainda enfrenta barreiras normativas e operacionais significativas no comércio exterior, especialmente no que diz respeito ao Mercosul e às normas da OMC.
Souza, 2022 (53)	Este trabalho busca analisar a influência do programa de financiamento às exportações, concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no grau de internacionalização das empresas brasileiras do setor de engenharia e construção.	Não relatado	competitividade, internacionalização	Existem indícios de que o financiamento do BNDES às exportações de serviços contribuiu para o aumento da competitividade das construtoras brasileiras, resultando em aumento de participação no mercado internacional, principalmente durante os anos em que os desembolsos do programa foram mais intensos. Os resultados apontam para as seguintes constatações: primeiro, enquanto o programa de financiamento estava disponível, o BNDES foi capaz de contribuir para o aumento da participação das construtoras brasileiras no mercado internacional – principalmente na América Latina e Caribe e na África; segundo: após a interrupção do apoio do BNDES, houve deterioração da inserção das empresas no mercado externo, e um dos componentes foi a falta de acesso a recursos para o financiamento das exportações destinadas aos projetos no exterior.

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
TIZIANI, 2010 (54)	Medir impacto (PROEX) para avaliar se ele responde adequadamente ao gasto público realizado usando o Propensity Score Matching.	Não relatado	Aumentar exportação em MPME contribui pouco para exportação, porém aumenta geração de emprego	Aumenta exportação, aumenta empregos, aumenta produtividade e incentiva crescimento econômico.
Vasconcellos, 2015 (55)	Analisar a atuação e a expansão das empresas de engenharia brasileiras na América do Sul, em especial, após 2002 e seu vínculo com a política externa brasileira. Políticas analisadas: FGE, BNDES-Exim e PROEX.	Não relatado	exportação, competitividade, internacionalização	O setor de construções é atendido por uma política de promoção de exportações de forma específica e acentuada direcionada às grandes empresas do setor. A relação de interesses entre Estado e empresa estabelece-se posteriormente ao fato de a empresa julgar-se capacitada para o ambiente externo de competitividade. Em geral, entende-se que a decisão é da empresa que visualiza no mercado externo alguma vantagem ou uma necessidade de internacionalização para competir no mercado global. A princípio, portanto, a participação do Estado não é fator determinante. No caso das empresas de construção e engenharia, na fase inicial da internacionalização, ainda que a explicação sobre a baixa demanda no mercado interno não contemple todas as variáveis, o apoio é resultado mais de iniciativas empresariais que de projeto político econômico do Estado. O Brasil, segundo o termo de referência sobre a internacionalização das empresas brasileiras, busca um modelo que ressalte as características da governança, de onde se depreende que a política a ser seguida pelo Estado brasileiro ainda não está totalmente definida. Aprimorar e rever a estratégia para promover a internacionalização deve ser uma premissa do Estado brasileiro. O apoio pautado somente nos recursos do BNDES tem seu alcance limitado e a ampliação das políticas de apoio enfrenta resistência baseada no resquício histórico que aponta restrição à saída de capitais. A integração regional que o Brasil propõe visa a uma projeção brasileira. O objetivo é fazer o mercado externo complementar o mercado doméstico do Brasil. Desse modo, as empresas que perceberam essa agenda e tinham condições, empenharam-se em tecer relações com os governos estrangeiros e apresentar projetos. Houve, assim, a conjunção de três variáveis: interesse estratégico, capacidade econômica e capacidade de execução. O apoio do governo para a internacionalização, contudo, não garante o sucesso. Quando há mecanismos de financiamento e de apoio do governo há um respaldo para que contratos se efetivem. Em geral, a empresa de grande porte consegue se internacionalizar não necessariamente por causa dos mecanismos que o governo brasileiro oferece, mas pelo seu conhecimento adquirido no mercado doméstico e, em especial, por sua capacidade financeira. O financiamento é uma das dificuldades em um processo inicial de internacionalização que é marcado por dificuldades que abrangem a própria capacidade da empresa. A internacionalização não é possível mesmo com incentivos governamentais e financeiros, caso a empresa não esteja preparada para o mercado externo. O papel do governo ou do Estado,

Continua

Autor/ano	Objetivo do estudo	Tamanho da empresa analisada	Categoria de resultado	Resultado
				a obter o financiamento e mecanismos de seguro e garantias, é importante, pois a iniciativa privada nem sempre tem a capacidade de assumir riscos de longo prazo de alto capital e pressionar, por meio de canais diplomáticos, o estabelecimento e cumprimento de contratos. Esta é uma prerrogativa do poder estatal. Outros países como Japão, França e Espanha adotam sistema de financiamento e seguro semelhantes ao que foi estabelecido no Brasil. As possibilidades de financiamento e parcerias revelam os setores chave de interesse estatal e evidenciam a perspectiva da integração regional e da liderança do Brasil no processo. Compreende-se que o Estado brasileiro, através de suas construtoras, obteve somente resultados parciais. O desempenho não acompanhou as expectativas, nem em termos econômicos, nem em política externa. A pauta de exportação brasileira ainda se concentra em commodities. Para deter empresas estratégicas há uma preocupação em exportar produtos de maior valor agregado, podendo encontrar referência nos serviços de engenharia. Neste caso, as construtoras atendem requisitos de uma empresa estratégica. O Estado brasileiro, ao apoiar as construtoras brasileiras, contribui para que estas possam competir no mercado internacional, mas, ao mesmo tempo, está a reforçar o monopólio e oligopólio que existem em torno desse setor. A viabilidade de financiamento pelo BNDES é um fator que tem sido preponderante para a consolidação das empresas brasileiras de construção na América do Sul. As empresas tornaram-se parceiras do Estado na medida em que os interesses se conjugaram e criaram mecanismos que tornaram a ação possível.

Fonte: elaboração própria

3.2 Descrição dos resultados

3.2.1 Emprego

Três estudos (10, 11, 12) analisam a importância do crédito à exportação como instrumento de política pública para a geração de emprego e renda no Brasil. As pesquisas destacam que o financiamento à exportação fortalece a competitividade das empresas brasileiras, impulsiona a atividade econômica e contribui para a criação e manutenção de postos de trabalho, especialmente em setores de alto valor agregado. Além disso, os estudos apontam que os programas públicos de apoio, como o BNDES-Exim e o Proex, desempenham um papel fundamental ao corrigir falhas de mercado e estimular ganhos de produtividade. Com diferentes abordagens metodológicas, os autores evidenciam os impactos positivos dessas iniciativas tanto no nível macroeconômico, ao fortalecer as divisas do país, quanto no nível microeconômico, ao promover a qualificação da mão de obra e a estabilidade do emprego. Importante ressaltar que os estudos que abordam a questão do impacto sobre o emprego são, em sua totalidade, artigos qualitativos, não apresentando, portanto, estimativas numéricas mostrando o efeito do financiamento sobre a geração de emprego e renda.

O estudo de Castilho (2016) destaca que a política de crédito à exportação desempenha um papel relevante na geração de emprego e renda no Brasil, sobretudo ao apoiar setores de alto valor agregado, como bens de capital, aeronaves e serviços de engenharia e construção. Essas atividades demandam mão de obra qualificada e movimentam amplas cadeias produtivas, resultando em impactos positivos sobre o mercado de trabalho e a economia interna. O suporte financeiro oferecido pelo BNDES fortalece a competitividade dos exportadores brasileiros, permitindo que as empresas sustentem suas operações e empregos mesmo em cenários adversos. Esse apoio garante condições financeiras equivalentes às oferecidas por concorrentes internacionais, facilitando a inserção dos produtos e serviços brasileiros no comércio global (10).

O crédito à exportação não apenas viabiliza vendas externas, mas também estimula a demanda interna, gerando um efeito multiplicador sobre o crescimento econômico e a criação de postos de trabalho. A circulação de capital impulsionada por essas transações fortalece diversos setores produtivos, beneficiando desde grandes empresas até pequenas e médias indústrias, que frequentemente enfrentam dificuldades para acessar o mercado internacional. No setor de construção e infraestrutura, o impacto sobre o emprego e a renda é ainda mais significativo, pois os financiamentos às exportações de serviços de engenharia não apenas beneficiam as grandes construtoras, mas também movimentam uma extensa rede de fornecedores e prestadores de serviços (10).

No nível macroeconômico, as exportações são fundamentais na sustentação do emprego e da renda do país. Já no nível microeconômico, geram externalidades positivas, como ganhos de escala, aumento da produtividade e melhoria da competitividade empresarial, resultando em empregos mais qualificados e mais bem remunerados (10).

O artigo de Marques (2014) destaca que os instrumentos públicos de crédito à exportação

desempenham um papel crucial na geração de emprego e renda. A oferta de financiamento à exportação pelo setor público não apenas corrige falhas de mercado, mas também apresenta externalidades positivas significativas, como o fortalecimento das divisas do país e a criação de postos de trabalho. O estudo aponta que a intervenção estatal, por meio de programas como o BNDES-Exim, PROEX e SCE-FGE, busca facilitar a comercialização externa dos produtos manufaturados brasileiros, fomentando a atividade econômica e impulsionando o emprego no setor industrial. Além disso, o impacto sobre a rentabilidade das exportações se reflete na possibilidade de empresas exportadoras obterem ganhos financeiros por meio de arbitragem entre as taxas de juros internas e externas. Essa dinâmica cria incentivos para a expansão da produção voltada para exportação, o que, por sua vez, contribui para a manutenção e crescimento dos empregos relacionados ao setor exportador (11).

O trabalho também destaca que o desempenho das exportações brasileiras de manufaturados está fortemente ligado às condições de demanda no mercado internacional, bem como à oferta de crédito. O PROEX-Equalização se mostrou um dos instrumentos mais eficazes para alavancar exportações e, conseqüentemente, estimular a geração de empregos, ao passo que o PROEX-Financiamento não demonstrou efeitos significativos para esse objetivo (11).

O estudo de Tiziani (2010), avalia o impacto do Proex sobre o emprego utilizando o método Propensity Score Matching (PSM) para comparar empresas beneficiárias e não beneficiárias. Os resultados indicam que as empresas que acessam o programa oferecem maiores salários, menor rotatividade, maior tempo médio de emprego e trabalhadores mais qualificados. Além disso, empresas com maior intensidade tecnológica são as que mais utilizam o Proex, impulsionando a inovação e a produtividade. O estudo também discute os efeitos distributivos do programa, apontando que o apoio às grandes empresas pode ser mais eficiente, enquanto a inclusão das MPEs pode ter impactos positivos na geração de empregos. No geral, o Proex não apenas fortalece as exportações, mas também melhora a qualidade do emprego e da renda, promovendo estabilidade e melhores condições salariais (12).

3.2.2 Produtividade

As exportações desempenham um papel crucial na economia devido a sua relevância, à habilidade de criar empregos, que em conjunto com os níveis de produtividade vigentes na economia, leva ao crescimento do produto e do rendimento (13).

A atividade de exportação, geralmente com produtividade superior à dos setores não exportadores, devido à intensa concorrência internacional que força os exportadores a melhorarem sua eficiência, ou seja, sua produtividade, também ajuda a elevar a produtividade total da economia (14).

Em 2002, o setor de serviços se sobressaiu na forma de financiamento, representando vertiginosamente 46% do orçamento total disponível. Em relação à forma de equalização, o setor de transporte se sobressai, atingindo 63,2% (US\$ 515.706 milhões) do total de recursos disponíveis no mesmo ano (15).

Uma evidência concreta do trabalho realizado pelo PROEX está na seguinte situação: O progresso das exportações do Brasil por setor econômico, em termos de competitividade e produtividade, é crucial para o avanço da indústria brasileira. (15).

Um estudo cita que, no cenário brasileiro, as indústrias exportadoras mostraram uma maior qualidade na criação de empregos. Em uma comparação direta, a produtividade média dos funcionários das empresas exportadoras em 2000 era 114% superior à das empresas focadas no mercado interno, o tempo médio de estudo era 7,4% e a remuneração média mensal era 51,4% superior (13).

O crescimento da produtividade das empresas que recorreram ao financiamento para exportação está ligado à habilidade de investir em equipamentos modernos, formação de pessoal e aperfeiçoamento em seus processos.

Outro estudo analisou os impactos do PROEX somente na forma de Financiamento, empregando também a técnica do Probability Score Matching (PSM) no período de 2006 a 2014, incorporando o método de regressão com estimadores de alta confiabilidade dupla. Em resumo, os resultados médios alcançados foram: (i) um aumento de 66,7% no valor exportado; (ii) um aumento de 33,67 p.p. no crescimento das exportações; (iii) a inclusão de aproximadamente 1 país na lista de destino das mercadorias brasileiras exportadas; (iv) um aumento de 10,25 p. p. na probabilidade dessas empresas continuarem a exportar; e (v) um aumento de 9,97% no número de funcionários nas empresas (16)

3.2.3 Competitividade

As Agências de Crédito à Exportação visam fomentar as exportações que seriam impossíveis sem a sua assistência, além de apoiar projetos de internacionalização e aumentar a competitividade das empresas locais no cenário global (13). A influência dos programas PROEX e BNDES-Exim, bem como as garantias de crédito à exportação, são fatores que impulsionam o crescimento econômico, neste quesito, nos estudos incluídos, a competitividade das exportações é examinada em várias perspectivas.

O BNDES tem um papel fundamental no financiamento de exportações de alto valor agregado, aumentando a competitividade no mercado internacional, ao conceder financiamentos para a exportação de serviços de engenharia, o BNDES contribui para a manutenção da competitividade das empresas deste setor e para a expansão de conteúdo nacional no mercado internacional (10).

Em um estudo sobre o impacto do Seguro de Crédito à Exportação de pequenas e médias empresas do setor moveleiro, o uso do SCE permitiu às empresas estudadas diminuir o risco de suas exportações, aumentar a competitividade e melhorar a capacidade de implementar estratégias de alavancagem de suas vendas no exterior (17).

O financiamento e as garantias de crédito também se destacam como mecanismos essenciais para setores estratégicos, como exemplo a indústria de defesa. Em um dos estudos (18), o período de 2016 a 2018 foi bastante favorável para as MPME, com aproximadamente noventa empresas sendo favorecidas. Este valor se aproxima do total de grandes corporações atendidas ao longo de toda a

existência do SCE/FGE. No entanto, a partir de 2018, o orçamento do FGE começou a enfrentar limitações devido ao crescimento dos sinistros nas operações abrangidas pelo SCE, resultado dos calotes soberanos de Moçambique, Venezuela e Cuba. A partir de 2020, a União iniciou uma reforma no sistema de apoio oficial à exportação, suspendendo todas as operações com MPME e limitando as operações com grandes empresas a situações excepcionais, conclui-se que a abrangência dos financiamentos e garantias disponibilizados para as empresas brasileiras inseridas no conceito de BID Br, no período de 2012 a 2022, não foi adequada. Portanto, a avaliação das garantias fornecidas indicou que o período de estudo foi caracterizado por uma breve chance para as MPME, que logo se esvaiu. Devido ao fato de não terem uma tradição histórica de utilizar esse mecanismo de incentivo, os efeitos são consideravelmente menores do que os experimentados pelas grandes corporações. Essas sim, necessitam de maior cuidado, já que, por muitos anos, têm recorrido à proteção do FGE para suas operações de grande magnitude.

Um estudo sobre pequenas e médias empresas relatou que programas PROEX e BNDES-Exim se destacaram no estímulo às exportações, observa-se um grande número de MPEs exportadoras, que representam 51,6% das exportadoras brasileiras. Deste total, 25,1% são empresas de médio porte, enquanto 20,2% representam empresas de grande porte, mesmo com obstáculos como o acesso restrito ao crédito para MPMEs e a falta de familiaridade com as linhas de financiamento (19). Outro estudo reforça que as exportações estão ganhando cada vez mais importância nas estratégias políticas nacionais, e vários esforços são feitos para aumentar a competitividade das empresas exportadoras em um cenário de concorrência intensa. A participação contínua no comércio global promove um ciclo virtuoso de aprendizado, no qual o crescimento das exportações impulsiona a melhoria da produtividade, que por sua vez intensifica a competitividade das exportações (13).

Em análise da atuação e a expansão das empresas de engenharia brasileiras na América do Sul, setor que é atendido por uma política de promoção de exportações de forma específica e acentuada direcionada às suas grandes empresas, um estudo afirma que a relação de interesses entre Estado e empresa se estabelece posteriormente ao fato da empresa se considerar capacitada para o ambiente externo de competitividade. Apesar disso, reforça a importância do papel do governo ou do Estado, ao prover o financiamento e mecanismos de seguro e garantias, porém, conclui que o Estado brasileiro, através de suas construtoras, obteve somente resultados parciais (20).

Um estudo encontrou indícios de que o financiamento do BNDES às exportações de serviços contribuiu para o aumento da competitividade e participação das construtoras brasileiras no mercado internacional, causando posterior deterioração da inserção dessas empresas no mercado externo, entre outros motivos, pela falta de acesso (21).

De acordo com a nova edição da pesquisa “Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras” (2022), mesmo com progressos no apoio às exportações, a competitividade das exportações industriais do Brasil é comprometida por diversos obstáculos, tais como os elevados custos de logística de transporte, a infraestrutura insuficiente para a realização das exportações e a complexidade da

legislação de comércio exterior brasileira (22).

Quatro dos cinco maiores obstáculos apontados pelos exportadores estão relacionados à logística, incluindo o primeiro colocado no ranking, o custo do transporte. O desafio internacional, fortemente impactado pela pandemia, ficou em segundo lugar devido às elevadas taxas cobradas pelas administrações portuárias, e em terceiro lugar está o custo do transporte doméstico. A volatilidade da taxa de câmbio foi destacada na categoria macroeconômica que ficou em quarto lugar. Outros tipos de obstáculos que merecem atenção incluem os institucionais, fiscais e jurídicos. No grupo de obstáculos institucionais, os destaques foram para a ausência de uma estratégia governamental para o comércio internacional e a fraca eficácia do governo em superar obstáculos.

Na área fiscal, o principal obstáculo foi a elevada e intrincada carga fiscal que incide direta ou indiretamente sobre os produtos exportados. No campo legal, a proliferação de leis, normas e regulamentos descentralizados e as diversas interpretações das exigências legais por parte dos diversos agentes públicos foram os pontos altos.

3.2.4 Exportação

Alguns dos documentos selecionados utilizam a variação da quantidade e/ou valor de exportações como métrica para avaliação dos incentivos às exportações.

Um estudo com o objetivo de identificar os principais elementos que influenciaram o desempenho exportador das empresas nacionais, por meio do método quantitativo de equações estruturais, chega a um percentual de concordância quanto à contribuição para alavancar as exportações de 12,6% para o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC), com significado estatístico, porém, com relevância menos significativa do que os financiamentos das exportações patrocinados pelo BNDES. O BNDES-Exim foi o programa que apresentou maior percentual, de 23,5%. A conclusão apresentada é que as políticas públicas horizontais direcionadas às exportações apresentaram um resultado melhor do que os instrumentos oficiais de crédito, garantia e seguro a empresas específicas (23).

Ao avaliar o impacto da utilização do Seguro de Crédito às Exportações (SCE) nas vendas externas de pequenas e médias empresas industriais exportadoras de móveis do polo moveleiro do Município de Arapongas/PR, um estudo identificou que a utilização proporcionou às empresas analisadas melhores condições de adotar estratégias de alavancagem de suas vendas externas (17).

Alguns dos estudos avaliam outros programas de incentivo às exportações. Os desembolsos feitos pelo BNDES às empresas exportadoras brasileiras são objeto de Cavalcante e Parga (2015) e resultam, no longo prazo, em um aumento de cerca de 3% nas exportações do país. São sugeridas também relações de cointegração entre o volume exportado pelo Brasil e o volume de exportações mundiais, a taxa de câmbio efetiva real, o índice de preço de commodities (24).

Em avaliação do impacto do programa público de financiamento às exportações do BNDES

(BNDES-Exim) sobre as exportações brasileiras, um estudo encontrou evidências que sugerem impacto positivo e significativo, além de direcionamento para setores exportadores estratégicos para o desenvolvimento nacional. É destacada a relevância da indústria de transformação e do segmento de aeronaves no programa (25).

Uma análise das principais características das firmas apoiadas por Drawback, PROEX e BNDES-Exim identificou que a média do valor médio de exportação das exportadoras independentes é muito inferior à mesma média das empresas que recebem algum apoio e uma das hipóteses apresentadas é de que os programas podem ser muito eficientes em alavancar o volume exportado. A outra possibilidade é de ineficiência dos instrumentos de promoção de comércio exterior em alcançar as firmas de menor porte. Já nas estimativas para explicar a probabilidade de acesso a determinado programa, o volume exportado no ano anterior se mostrou entre as variáveis estatisticamente significantes e com impacto positivo sobre a probabilidade de acesso ao Drawback, mas com coeficientes muito baixos – ou seja, afetava apenas marginalmente (26).

Uma análise quase experimental empregou técnicas de propensity score matching (PSM) e de dados em painel para investigar os mesmos três programas, encontraram relação positiva entre programas de exportação e número de destinos de exportação e valor de exportação. A chance de continuar exportando aumentada entre 4% e 13% em empresas apoiadas, 43% em número de destinos e entre 74% e 90% em valor da exportação. Uma hipótese para o menor desempenho do BNDES-Exim em relação aos outros programas analisados foi sua priorização para empresas de maior porte, que podem não ter restrições financeiras tão relevantes a serem flexibilizadas pelos programas quanto empresas menores (27).

Ao mensurar os incentivos das linhas oficiais de apoio financeiro às exportações, um estudo encontrou uma média de valor das exportações alavancadas de 6,4% no período 1995-2004. Menor significância foi identificada para os incentivos implícitos nos financiamentos diretos às exportações. Como o volume de recursos oficiais mobilizados para o crédito à exportação é pouco expressivo, comparado ao montante global de financiamento às exportações, o impacto mais expressivo ocorre em situações em que a exportação ficaria certamente inviabilizada se não contasse com tais mecanismos. É dado destaque à taxa expressiva de incentivos da modalidade de equalização do PROEX para o grupo CNAE 35, que engloba as aeronaves regionais (28).

Uma análise descritiva chegou a conclusões semelhantes sobre o BNDES-Exim, de apoio mais expressivo a produtos de maior valor agregado, indicando a preocupação do BNDES neste sentido, em detrimento da diversificação da pauta exportadora. Além disso, foi identificada tendência de manutenção dos valores desembolsados pelo programa no período 2003-2014, mas insuficiente para alterar o caráter de extrema concentração do valor exportado por parte das grandes empresas (29).

Schmidt (2019) encontrou que, em 2007, mais de 40% do valor exportado pelo país em mercadorias foi oriundo de operações das empresas apoiadas por algum dos programas (BNDES-Exim, o Drawback e o Proex Financiamento) (30).

Apesar das diversas conclusões a depender da política, período ou metodologia utilizada, alguns padrões de resultados das políticas de incentivo às exportações podem ser identificados ao observar variações de quantidade e/ou montante exportado. Em suma, as políticas de crédito e garantia são relevantes na alavancam de exportações, mas o efeito se dilui ao analisar as exportações do país de forma agregada. Como atuam principalmente em segmentos específicos, o resultado é mais relevante ao analisar o impacto nas exportações de alguns setores e de empresas de maior porte.

3.2.5 Demais resultados

Além de consequências relacionadas a emprego, produtividade, competitividade e exportação, alguns dos documentos analisados encontram outros efeitos das políticas de incentivo à exportação. O destaque é em relação ao porte das empresas incentivadas.

Com o objetivo de avaliar a experiência brasileira de promoção da inovação e do estímulo ao comércio exterior e identificar o grau de seletividade setorial da política recente, Pacheco e Corder (2010) concluem que o suporte às operações de garantias dada pelo FGE contribui para a função que torna o mercado de crédito privado central nesse sistema, que é responder por grande parte das operações de curto prazo. Porém, a tradicional dificuldade em obter financiamento à exportação de prazos mais longos e para viabilizar a exportação de certos setores específicos para mercados de risco elevado reforça a importância da participação governamental. Assim, exceto pela “maior horizontalização” decorrente da desoneração do ICMS, do PIS e da COFINS, a política de incentivo à exportação teve aprofundamento da seletividade setorial dos outros instrumentos, pois alguns dos que ganharam importância na década são muito diferenciados setorialmente, em especial o PROEX-Equalização e o PROEX-Financiamento (31).

Em análise do PROEX, Chagas (2024) também afirma que o programa atendeu majoritariamente empresas de maior porte ao longo de todo o período analisado (2012-2022) e que os exportadores consultados informaram possuir acesso a outras linhas de crédito com taxas até mais baixas para exportação e o Proex é escolhido em muitos casos por questões operacionais e por maior confiança no atual agente operador. As principais críticas são orçamentárias, que geram insegurança sobre possíveis negociações, além da falta de integração do programa com outros instrumentos privados de financiamento. O autor indica que recursos do programa seriam alocados de forma mais adequada ao priorizar unicamente as micro e pequenas empresas, já que há mercado e apetite para o crédito à exportação no mercado privado e as microempresas parecem ser as maiores beneficiárias do PROEX, sendo o programa indiferente à medida que se analisa empresas de maior faturamento (32).

Novamente, a pesquisa realizada pelo CNI (2022) dá destaque às empresas de grande porte, entre elas, 28,1% utilizam instrumentos de garantia no financiamento das exportações. Entre todas as analisadas, as garantias utilizadas por uma parcela maior de exportadores são o Convênio de Pagamento de Créditos Recíprocos (CCR) (5,2%) e o Fundo de Garantia às Exportações (FGE) (4,2%). Os principais motivos elencados para a baixa quantidade de empresas que fazem uso dos

instrumentos de financiamento e garantia às exportações são a dificuldade de acesso a informações sobre os programas e a ausência de necessidade (22).

Grimaldi et al. (2010) utiliza o número de empregados como uma das possíveis características das firmas para explicar a probabilidade de acesso a um determinado programa de incentivo às exportações. Em nenhum dos casos a quantidade de empregados, variável que pode ser utilizada para definir tamanho da empresa, foi determinante nos resultados das estimativas feitas, nem mesmo quando se tentava explicar a probabilidade de acesso ao Proex-financiamento (que declaradamente tem como “foco” pequenas e médias empresas) (26).

Os resultados das estimações feitas para explicar a probabilidade de acesso a Drawback, PROEX e BNDES-Exim reforçam a conclusão da existência de forte inércia no acesso aos programas, pois a variável mais relevante foi fato da empresa já receber o apoio. Além disso, para o Proex-financiamento, o resultado indicou que os setores de média-alta e alta intensidade tecnológica têm probabilidades menores de acesso. Em resumo, os resultados foram que, na prática, nenhuma das três políticas analisadas agiu para estimular o perfil de firma exportadora desejado pelos policy-makers (26).

Ao analisar a evolução das políticas de fomento do BNDES às exportações brasileiras, Oliveira (2018) também identifica que foi marcada por avanços e recuos. No caso do BNDES-Exim, destacam-se a extrema concentração dos contratos em pouquíssimas firmas e países e foco no setor de bens de capital. Além disso, conclui que o processo de transnacionalização esteve mais estreitamente relacionado à diversificação das oportunidades de negócios para as multinacionais em tempos de crise do que a uma política com vistas a expandir as iniciativas de integração regional e aproximação com os países africanos (33). Esse resultado é similar ao encontrado por Vasconcellos (2015), que conclui que o apoio do Estado à internacionalização não é decorrente de projeto político-econômico próprio, e sim de iniciativas empresariais que pressionam para que o apoio exista (20).

Esse estudo também indica que as possibilidades de financiamento e parcerias oferecidas revelam quais são os setores chave de interesse estatal. Para o caso das construtoras, os incentivos auxiliam a deter empresas estratégicas e exportar produtos de maior valor agregado, mas reforçam o monopólio e oligopólio que existem em torno desse setor. Sendo assim, avalia que o desempenho dos incentivos não acompanhou as expectativas, nem em termos econômicos, nem em política externa (20).

Honorio (2019) afirma que houve uma determinante participação do governo para que obras de infraestrutura bilaterais entre Brasil e Equador e Brasil e Bolívia fossem realizadas por empresas brasileiras. A convergência em torno da importância da integração da infraestrutura regional e as possibilidades abertas aos atores privados brasileiros (como as empresas de construção civil), incluindo a criação de políticas e mecanismos de estímulos e crédito para a exportação de bens, serviços e produtos de empresas brasileiras para a América do Sul, viabilizaram as obras multilaterais, o que é visto como um efeito positivo (34).

É possível notar que diversos resultados apontam para uma seletividade de porte e setores das empresas que acessam os programas de incentivo à exportação analisados. Empresas de maior porte

utilizam mais os incentivos às exportações, o que nem sempre corresponde às diretrizes definidas nas políticas para alcançar seus objetivos, principalmente em termos de perfil exportador a ser incentivado. O destaque de determinados setores e empresas é abordado por meio de algumas possibilidades, como maiores vantagens competitivas, interesse estatal relacionado a valor agregado, pressão empresarial e inércia no acesso, que pode ser relacionada à continuidade da necessidade das mesmas empresas ou limitações para a entrada de novas.

4. Considerações Finais

O objetivo desta revisão rápida foi identificar, na literatura, os impactos do Fundo de Garantia à Exportação na competitividade das empresas exportadoras brasileiras, bem como seus efeitos sobre emprego, produtividade e comércio exterior.

Para isso, foram analisados 43 estudos científicos, incluindo pesquisas qualitativas e métodos mistos. A revisão revelou uma diversidade de abordagens sobre as políticas públicas de incentivo à exportação no Brasil. Predominam dissertações de mestrado, seguidas por teses e artigos acadêmicos. Em relação ao delineamento metodológico, grande parte dos estudos adota abordagens exploratórias e descritivas, frequentemente combinadas com análises quantitativas e qualitativas. O período mais estudado concentra-se entre 2000 e 2007, evidenciando maior interesse acadêmico nas políticas implementadas nesse intervalo. Os principais impactos analisados estão relacionados à exportação, competitividade e internacionalização.

Os achados indicam que os programas de financiamento e garantias à exportação desempenham um papel relevante na inserção internacional das empresas brasileiras, apesar dos desafios estruturais. Empresas exportadoras demonstram maior produtividade em relação às que atuam exclusivamente no mercado interno, refletindo-se em maior qualificação da força de trabalho e melhores remunerações. O financiamento à exportação resultou em crescimento no volume exportado e no número de funcionários das empresas beneficiadas. Estudos indicam que empresas que recebem financiamento exportam mais, ampliam sua diversificação geográfica e aumentam suas chances de permanência no mercado internacional.

As políticas de financiamento e garantias à exportação, como BNDES-Exim, PROEX e Draw-back, demonstram impacto positivo no crescimento do volume exportado, especialmente em setores como aeronaves e engenharia. Instrumentos de crédito e seguro, como o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC) e o SCE, facilitaram a ampliação da competitividade e a inserção de empresas no comércio exterior. No entanto, os programas tendem a beneficiar majoritariamente grandes empresas, enquanto pequenas e médias enfrentam barreiras significativas para obter apoio. Sendo assim, quando analisado de forma agregada, o impacto dessas políticas na economia nacional é diluído, sendo mais expressivo em setores específicos e em empresas de grande porte.

O BNDES se destacou no fomento às exportações, embora os recursos continuem concentrados em grandes corporações, mesmo com direcionamento de alguns dos programas de priorização de micro, pequenas e médias empresas e resultados relevantes ao analisar os efeitos dos incentivos sobre elas. No entanto, burocracia e exigências de garantias ainda limitam o acesso de pequenas e médias

empresas ao crédito necessário para sua expansão internacional.

Além disso, as políticas de incentivo à internacionalização, apesar de avanços, sofreram descon-tinuidade e restrições orçamentárias, dificultando a manutenção das exportações. Setores estratégicos, como a Base Industrial de Defesa, enfrentam obstáculos adicionais no acesso a financiamento e na mitigação de riscos regulatórios, o que reforça a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de apoio. A comparação com modelos internacionais, como o alemão, evidencia a falta de uma estratégia nacional coordenada para fortalecer as exportações e a internacionalização das empresas.

As Agências de Crédito à Exportação são fundamentais para promover a competitividade das empresas brasileiras, especialmente em setores como engenharia e defesa. Programas como PROEX e BNDES-Exim têm possibilitado a redução de riscos, a ampliação de mercados e o fortalecimento da presença internacional de indústrias estratégicas. Contudo, a análise do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) mostra que, após um breve período de inclusão das MPMEs entre 2016 e 2018, as operações foram severamente restringidas a partir de 2020, afetando empresas de todos os portes. Embora o número de empresas exportadoras tenha crescido, persistem entraves como dificuldade de acesso ao crédito, burocracia excessiva, altos custos logísticos e infraestrutura precária. Além disso, desafios institucionais, fiscais e jurídicos, incluindo a falta de uma estratégia governamental integrada e a complexidade da legislação de comércio exterior, seguem prejudicando a competitividade das exportações brasileiras. A continuidade dos desembolsos do BNDES-Exim ao longo dos anos também não foi suficiente para diversificar a pauta exportadora do Brasil, mantendo a concentração das exportações em poucas empresas.

Por fim, a forte concentração dos contratos em setores estratégicos, como bens de capital e construção civil, reflete uma seletividade setorial frequentemente impulsionada por interesses empresariais, e não por um planejamento econômico estruturado. O acesso restrito a informações e a falta de integração entre os instrumentos públicos e privados foram identificados como obstáculos à efetividade dos programas. Além disso, a inércia no acesso aos incentivos demonstra que a participação anterior no programa é o principal fator determinante para novos aportes. No contexto da internacionalização, o apoio estatal às exportações de infraestrutura facilitou a realização de obras bilaterais na América do Sul, promovendo a integração regional, mas sem garantir uma diversificação sustentável da pauta exportadora.

Em síntese, apesar dos impactos positivos na competitividade, a excessiva concentração de recursos em grandes corporações e a ausência de uma estratégia abrangente de inclusão limitam o alcance das políticas públicas de fomento às exportações no Brasil.

Referências Bibliográficas

- 1 WTO. *Trade finance and SMEs: Bridging the gaps in provision*. Genebra: World Trade Organization, 2016. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/tradefinsme_e.pdf>. Citado na página 6.
- 2 UNION, B. *Yearbook 2021*. Berne Union Publications, 2021. Disponível em: <<https://bublob.blob.core.windows.net/assets/Images/BU%20Yearbook%202021%20low>>. Citado na página 6.
- 3 BNDES. *Relatório de Gestão ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações*. [S.l.]: Brasília: BNDES, 2022. Citado na página 6.
- 4 LIMA, R. *Avaliação de implementação do seguro de crédito à exportação: contribuição dos fatores de risco para os resultados*. Dissertação (Mestrado em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas) - Escola Nacional de Administração Pública, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/7591>>. Citado na página 6.
- 5 BRASIL. *Ministério da Fazenda. Relatório de Gestão do FGE - Exercício 2008-2009*. Brasília: SE-Camex, 2009. Citado na página 7.
- 6 BRASIL. *Ministério da Fazenda. Relatório de Gestão do FGE - Exercício 2014-2015*. Brasília: SE-Camex, 2015. Citado na página 7.
- 7 BRASIL. *Ministério da Fazenda. Relatório de Gestão do FGE - Exercício 2021*. Brasília: SE-Camex, 2022. Citado na página 7.
- 8 LAUX, G. *Uma comparação internacional do seguro de crédito à exportação*. [S.l.]: Brasília: IPEA. Citado na página 8.
- 9 TRICCO, A.; LANGLOIS, E.; STRAUS, S. *Rapid reviews to strengthen health policy and systems: a practical guide*. [S.l.]: Geneva: World Health Organization. Citado na página 9.
- 10 CASTILHO, J. *Instrumentos e mecanismos oficiais de crédito à exportação: o papel do BNDES no financiamento às exportações de alto valor agregado*. Monografia (Bacharelado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1301/3/JPBCastilho.pdf>> Citado 2 vezes nas páginas 31 e 33.
- 11 MARQUES, R. *Exportações brasileiras de manufaturados e o papel do crédito orçamentário, 2001-2006*. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade Federal de Brasília, 2014. Disponível em: <<https://repositorio2.unb.br/handle/10482/16229?locale=fr>>. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 32.
- 12 TIZIANI, G. *Avaliação de impacto de programa de apoio à exportação: um estudo do proex utilizando propensity score matching*. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Escola

Superior de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda, Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9959>>. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 32.

13 GALETTI, J. *As políticas públicas de financiamento à exportação no Brasil (BNDES Exim e Proex): características e efeitos sobre as exportações das empresas industriais brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2010. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1614007>>. Citado 3 vezes nas páginas 32, 33 e 34.

14 HANSEN, G. *Garantias no financiamento de projetos de exportação de infraestrutura pelo BNDES: uma análise das concessões no período de 1998 a 2016*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Negócios) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6977/Gabriela%20Birk%20Hansen_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Citado na página 32.

15 GOMES, M. *A contribuição do Proex para o incremento das exportações brasileiras*. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9632/1/9972985.pdf>>. Citado 2 vezes nas páginas 32 e 33.

16 DOURADO, R. *Avaliação de impacto setorial do programa de financiamento às exportações - PROEX*. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas) - Escola Nacional de Administração Pública, 2022. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7454>>. Citado na página 33.

17 JUNIOR, N. B. *Análise do impacto do seguro de crédito à exportação nas vendas externas de pequenas e médias empresas industriais exportadoras de móveis do pólo moveleiro de Arapongas/PR*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82133>>. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 35.

18 ALVES, L. *Financiamentos e Garantias como Fomento à Base Industrial de Defesa Brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso (Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, 2022. Disponível em: <<https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/845930?mode=full>>. Citado na página 33.

19 REZENDE, T. *Financiamento às exportações: caso PROEX e BNDES-Exim*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122064>>. Citado na página 34.

20 VASCONCELLOS, P. *A política externa brasileira e a internacionalização das empresas de engenharia e construção na América do Sul, a partir de 2002*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.26512/2015.03.T.18283>>. Citado 2 vezes nas páginas 34 e 38.

21 SOUZA, V. *O papel do financiamento às exportações na internacionalização das empresas brasileiras de engenharia e construção*. Dissertação (Mestrado Profissional Executivo em Gestão Empresarial) - Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 2022. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10438/31962>>. Citado na página 34.

- 22 CNI. *Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras*. Brasília: CNI, 2022. Disponível em: <https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/98/46/9846082f-51a3-4456-bfac-137e8b4b6d39/desafios_a_competitiv_das_export_brasileiras_2022.pdf>. Citado 2 vezes nas páginas 35 e 38.
- 23 ALBUQUERQUE, V. *Política de Comércio Exterior: epicentros e epifenômenos do desempenho exportador das empresas brasileiras*. Tese (Doutorado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 2008. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10438/17059>>. Citado na página 35.
- 24 CAVALCANTE, A.; PARGA, J. *BNDES e a balança comercial: estudo dos impactos do crédito sobre as exportações brasileiras*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<https://EconPapers.repec.org/RePEc:cdp:texdis:td530>>. Citado na página 35.
- 25 GIOMO, D. *Estimando o impacto da política de incentivo exportador do BNDES-EXIM sobre as exportações brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul., 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206599>>. Citado na página 36.
- 26 GRIMALDI D.; CARNEIRO, F. Avaliação de políticas públicas de promoção de exportação: uma análise de micro-dados para o exim, proex e drawback entre 2003 e 2007. *CIOLY, L.; CINTRA, M. A. M. (Orgs.) Inserção internacional brasileira: temas de economia internacional*, Brasília: IPEA, Livro 3, Vol. 2, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6469>. Citado 2 vezes nas páginas 36 e 38.
- 27 JÚNIOR, S. K.; PRINCE, D.; ALVAREZ, R. State export financial support of brazilian manufactured products: a microeconometric analysis. *Planejamento e Políticas Públicas (PPP)*, n. 59, p. 49–81. Disponível em: <<https://doi.org/10.38116/ppp59art2>>. Citado na página 36.
- 28 MOREIRA, H.; PANARIELLO, M. *Os incentivos às exportações brasileiras: 1990 a 2004*. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA. Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 24). Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2938>>. Citado na página 36.
- 29 SANTANA, F. *O emprego de instrumentos creditícios como ferramenta de sustentação de estratégias exportadoras: o caso BNDES EXIM no período 2003–2014*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180463>>. Citado na página 36.
- 30 SCHMIDT, F. *O efeito das políticas públicas brasileiras de apoio à exportação: Implicações para o desempenho exportador das firmas em uma abordagem longitudinal*. Tese (Doutorado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=37138&idi=1>>. Citado na página 36.
- 31 PACHECO, C.; CORDER, S. *Mapeamento institucional e de medidas de política com impacto sobre a inovação produtiva e a diversificação das exportações, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)*. Nações Unidas. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/b1b92c46-955e-4319-a499-973d0bab61fa/content>>. Citado na página 37.

- 32 CHAGAS, B. *Participação de pequenas empresas no Programa de Financiamento às Exportações (PROEX): reflexões a partir da análise do período 2012-2022*. Dissertação (Mestrado profissional em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 2023. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10438/34886>>. Citado na página 37.
- 33 OLIVEIRA, A. *O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a transnacionalização do grande capital brasileiro (1990-2010)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13887>>. Citado na página 38.
- 34 HONÓRIO, K. *A política das obras e as obras da política: um estudo sobre as relações bilaterais Brasil-Bolívia e Brasil-Equador na dimensão da infraestrutura nos governos Lula da Silva (2003-2010)*. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/182283>>. Citado na página 38.

Apêndice 1

Quadro 1: Base de dados, estratégia de busca e achados recuperados

Base	Data	Estratégia	Filtros	Resultado
Google Scholar	12/12/2024	"Fundo de Garantia à Exportação" FGE produtividade competitividade resul- tado impacto efeito	-	102
Repositório FGV	18/12/2024	Fundo de Garantia à Exportação OR BNDES-Exim OR "Seguro de Crédito à Exportação" OR PROEX OR FGE	-	125
Repositório Enap	12/12/2024	(Fundo de Garantia à Exportação OR FGE OR PROEX OR BNDES-Exim OR Seguro de Crédito à Exportação) AND (resultado OR impacto OR efeito OR result OR impact OR effect OR as- sess)	-	6
Biblioteca Digital Brasileira de Te- ses e Dissertações (BDTD)	18/12/2024	("Fundo de Garantia à Exportação" OR FGE OR PROEX OR BNDES-Exim OR "Seguro de Crédito à Exportação") AND (resultado OR impacto OR efeito OR result OR impact OR effect OR as- sess)	-	189
Busca manual por especialistas	-	-	18	
TOTAL				440
Fonte: elaborado pelas autoras.				

Apêndice 2

Tabela 1: Artigos excluídos e motivos de exclusão

Nº	REFERÊNCIA	MOTIVOS DE EXCLUSÃO
1	Grice, Tim, and Square Circle. "POLICIES AND STRATEGIES FOR IMPLEMENTING LOCAL CONTENT." LOCAL CONTENT POLICIES IN THE MINING SECTOR: Stimulating Direct Local Employment, International Institute for Sustainable Development (IISD), 2018, pp. 16–35. JSTOR, http://www.jstor.org/stable/resrep21958.6 . Accessed 8 May 2024.	Não aplica nenhuma prática inclusiva
2	WYNN, ALISON T. "PATHWAYS TOWARD CHANGE: Ideologies and Gender Equality in a Silicon Valley Technology Company." Gender and Society, vol. 34, no. 1, 2020, pp. 106–30. JSTOR, https://www.jstor.org/stable/26967093 . Accessed 8 May 2024.	Não descreve a prática inclusiva testada
3	Wet, Jacques P. de, and Jonathan Schoots. "The Learning Organisation: Conditions of Possibility in a Feminist NGO." Development in Practice 26, no. 1 (2016): 64–76. http://www.jstor.org/stable/44161044 .	Não aplica nenhuma prática inclusiva
4	Othman, A.A.E. and Ibrahim Fouda, N. (2022), "A cultural diversity management framework for enhancing the performance of architectural design firms in Egypt", Archnet-IJAR, Vol. 16 No. 2, pp. 451-470. https://doi.org/10.1108/ARCH-08-2021-0231	Não avalia nenhuma prática inclusiva
5	Li, J.-Y., Lee, Y. and Xu, D. (2023), "The role of strategic internal communication in empowering female employees to cope with workplace gender discrimination", Corporate Communications: An International Journal, Vol. 28 No. 1, pp. 135-154. https://doi.org/10.1108/CCIJ-06-2022-0065	Não avalia nenhuma prática inclusiva
6	Wolfgruber, D., Stürmer, L. and Einwiller, S. (2022), "Talking inclusion into being: communication as a facilitator and obstructor of an inclusive work environment", Personnel Review, Vol. 51 No. 7, pp. 1841-1860. https://doi.org/10.1108/PR-01-2021-0013	Não aplica nenhuma prática inclusiva
7	Suresh, V. and Dyaram, L. (2020), "Workplace disability inclusion in India: review and directions", Management Research Review, Vol. 43 No. 12. https://doi.org/10.1108/MRR-11-2019-0479	Não aplica nenhuma prática inclusiva
8	Dahanayake, P., Rajendran, D., Selvarajah, C. and Ballantyne, G. (2018), "Justice and fairness in the workplace: a trajectory for managing diversity", Equality, Diversity and Inclusion, Vol. 37 No. 5, pp. 470-490. https://doi.org/10.1108/EDI-11-2016-0105	Não aplica nenhuma prática inclusiva
9	Atkinson, C. L., Alibašić, H., & Oduro Nyarko, E. (2022). Diversity Management in the Public Sector for Sustainable, Inclusive Organizations: Ideals and Practices in Northwest Florida. Public Integrity, 24(4–5), 400–413. https://doi.org/10.1080/10999922.2022.2034339	Não aplica nenhuma prática inclusiva
10	Charlesworth, Sara; Macdonald, Fiona, Australia's gender pay equity legislation: how new, how different, what prospects?, Cambridge Journal of Economics, Volume 39, Issue 2, March 2015, Pages 421–440, https://doi.org/10.1093/cje/beu044	Não aplica nenhuma prática inclusiva

(Continua)

Tabela 1: Artigos excluídos e motivos de exclusão (continuação)

Nº	REFERÊNCIA	MOTIVOS DE EXCLUSÃO
11	Sreedhar, Volety Naga and Nayak, Parameswar. 'Perspective Study on Identification of High-impact Processes for Advancing Diversity, Equity and Inclusion (DEI) in Indian Organizations'. 1 Jan. 2024 : 165 – 180.	Artigo completo indisponível
12	Nery-Hurwit M, Kincl L, Driver S, Heller B. Stakeholder evaluation of an online program to promote physical activity and workplace safety for individuals with disability. Eval Program Plann. 2017 Aug;63:39-44. doi: 10.1016/j.evalprogplan.2017.03.005. Epub 2017 Mar 11. PMID: 28343022.	Não avalia a prática inclusiva
13	Archibong, Uduak; O'Mullane, Monica; Kállayová, Daniela; Karodia, Nazira; Cairtriona Ní Laoire; et al.Guided Reflection as an Organisational Learning and Data Collection Tool in a Gender Equality Change Management Programme The International Journal of Organizational Diversity; Patras Vol. 16, Ed. 1, (2016): 19-34. DOI:10.18848/2328-6261/CGP/v16i01/19-34	Não descreve a prática inclusiva testada
14	Ashikali, Tanachia & Groeneveld, Sandra. (2015). Diversity Management For All? An Empirical Analysis of Diversity Management Outcomes Across Groups. Personnel Review. 2014. 10.5465/AMBPP.2014.15878abstract.	Não avalia a prática inclusiva
15	Ashikali, T., Groeneveld, S., & Kuipers, B. (2021). The Role of Inclusive Leadership in Supporting an Inclusive Climate in Diverse Public Sector Teams. Review of Public Personnel Administration, 41(3), 497-519. https://doi.org/10.1177/0734371X19899722	Não avalia a prática inclusiva
16	Ozturk, M. B., & Tatli, A. (2016). Gender identity inclusion in the workplace: broadening diversity management research and practice through the case of transgender employees in the UK. The International Journal of Human Resource Management, 27(8), 781–802. https://doi.org/10.1080/09585192.2015.1042902	Não aplica nenhuma prática inclusiva
17	de Sousa, F. L. N. (2023). POLÍTICAS INCLUSIVAS NAS ORGANIZAÇÕES. NAU Social, 13(25), 1208 –. https://doi.org/10.9771/ns.v13i25.38658	Não aplica nenhuma prática inclusiva
18	Monteiro LG, Oliveira SMQ de, Rodrigues SM, Dias CA. Responsabilidade social empresarial: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Rev bras educ espec [Internet]. 2011Sep;17(3):459–80.	Publicado fora do recorte temporal 2014-2024
19	Souza, A. A. A.; Palhares, J. V.; Santos, T. L. B.; Rosa, M. E. A. EMPRESA INCLUSIVA? UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DISCURSOS DE TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA E OS DE GESTORES DE UMA EMPRESA COOPERATIVA. Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 20, p. 218-238, jan./dez. 2019 DOI: 10.21714/2178-8030gep.v20.5688	Não aplica nenhuma prática inclusiva
20	SILVA JUNIOR, G. E.; FERRAZ, D. P. de A. O USO DOS RECURSOS EM TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A PERMANÊNCIA DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE DE TRABALHO. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 89–104, 2020. DOI: 10.35699/2238-037X.2020.9892.	Não aplica nenhuma prática inclusiva

Fonte: elaborado pelas autoras.



EXX

enap